

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 400, DE 2024

(Do Poder Executivo)

MSC 915/2024

OF 960/2024

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.245, de 17 de agosto de 2023, que renova, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao Sistema Rádio Digital FM Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 915

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.245, de 17 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2023, que renova, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao Sistema Rádio Digital FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

EM nº 00555/2023 MCOM

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10245, de 17 de agosto de 2023, publicada em 29/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.245, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 960/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.245, de 17 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2023, que renova, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao Sistema Rádio Digital FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/08/2024, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6020759** e o código CRC **6D0A5D77** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Ilustríssimo Senhor
Ministro de Estado das Comunicações
Ministério das Comunicações

O SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA M.E, CNPJ n.º 03.898.363/0001-84, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto n.º 88066, de 26 de janeiro de 1983, por seu representante legal, requer a V. Sa. se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente o presente pedido de renovação para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de **Ilha Solteira**, Estado de São Paulo.

Ilha Solteira (SP), 05 de Novembro de 2.015


Pelo Sistema Rádio Digital Fm Ltda M.E
Mariérica Rinaldini Sabioni

Endereço de correspondência:
Alameda Maranhão, 304 fundos- Zona Norte
Ilha Solteira-SP
15.385-000

DECLARAÇÃO

O **SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ nº 03.898.363/0001-84, por seu representante legal infra-assinado, declara que:

- a) Não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da concessão de Araçatuba, Estado de **SÃO PAULO**;
- b) E não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de Fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a renovação da outorga.

Ilha Solteira (SP), 05 de Novembro de 2.015

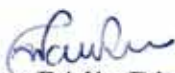


Pelo Sistema Rádio Digital Fm Ltda M.E
Mariérica Rinaldini Sabioni

DECLARAÇÃO

O **SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ nº 03.898.363/0001-84, por seu representante legal infra-assinado, declara que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Ilha Solteira (SP), 05 de Novembro de 2.015



Pelo Sistema Rádio Digital Fm Ltda M.E
Mariérica Rinaldini Sabioni


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical			
Nome da Entidade SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO 000269		Vencimento 28/02/2011	Exercício 2011
Endereço APINAJES 1100 CJ 1403		Código da Entidade Sindical 000.000.800.02667-5	
Número	Complemento	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte	
Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84
Endereço R ANTONIO RUIC	Número 270
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR
Cidade/Município BIRIGUI	UF SP
	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 142,22
Capital Social - Empresa 5.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor Cobrado

104-0 | 10499.70260 67617.703896 83630.001010 1 48920000014222

Código do Cedente 000.000.800.02667-5	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 142,22	Data Vencimento 28/02/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.70260 67617.703896 83630.001010 1 48920000014222

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 28/02/2011
Cedente SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO					Agência / Código Cedente 0274 / 000.000.800.02667-5
Data do Documento 07/02/2011	Número do Documento 201100626920	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 07/02/2011	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2011)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 142,22
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

PRT

 Sacado:
 SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
 R ANTONIO RUIC, 270 - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

**Cobrança / Títulos**

23/02/2011 - BANCO DO BRASIL - 11:04:44
034800348 0006

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499702606761770389683630001010148920000014222
NR. DOCUMENTO 22.302
DATA DO PAGAMENTO 23/02/2011
VALOR DO DOCUMENTO 142,22
VALOR COBRADO 142,22

NR.AUTENTICACAO 6.6BD.D70.152.65F.359

Transação efetuada com sucesso por: J6333695 MARIERICA VIEIRA RINALDINI.



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2012
Exercício
2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical
SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO 000269			000.000.800.02667-5
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
APINAJES 1100 CJ 1403			62.650.809/0001-16
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
VILA POMPEIA	05017-000	SAO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA			03.898.363/0001-84	
Endereço	Número	Complemento		
R. ANTONIO RUIC	270			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
16204-375	JARDIM TOSELAR	BIRIGUI	SP	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
5.000,00

Capital Social - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
152,84

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70260 67617.703896 83630.001010 5 52290000015284

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.800.02667-5	038983630001	152,84	31/01/2012	2012

Autenticação Mecânica

[bb.com.br]

htg

31/01/2012 - BANCO DO BRASIL - 11:14:50
034800348 0001

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499702606761770389683630001010552290000015284
NR. DOCUMENTO 13.101
DATA DO PAGAMENTO 31/01/2012
VALOR DO DOCUMENTO 152,84
VALOR COBRADO 152,84
NR.AUTENTICACAO C.FBS.B81.87C.08E.030



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Dados da Entidade Sindical

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento	Exercício
31/01/2013	2013

1ª Via - Contribuinte

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP			S-02667	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
Rua Apinajes	1100	14º andar - cj 1403	62650809000116	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
Vila Pompeia	05017-000	São Paulo	SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA			03.898.363/0001-84	
Endereço		Número	Complemento	
Rua Antonio Ruic		270		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
16204-375	Jardim da Fonte	Birigüi	SP	601

Dados de Referência da Contribuição

Dados da Contribuição

Categoria		(=) Valor do Documento	
Patronal		R\$ 164,64	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
R\$ 5.000,00			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento	
GUIA VALIDA ATE 31/01/2013		(+) Mora / Multa	
APOS ESTA DATA RETIRE OUTRA GUIA NO SITE DA ENTIDADE			
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	
104-0		10499.70260 67617.703896 83630.001010 9 55950000016464	
Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento
S-02667	038983630001	R\$ 164,64	31/01/2013
		Exercício	
		2013	

Autenticação Mecânica

2ª Via - Documento do Banco



104-0

10499.70260 67617.703896 83630.001010 9 55950000016464

Local de Pagamento					Vencimento
PREFERENCIALMENTE NAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.					31/01/2013
Cedente					Agência / Código Cedente
SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP					0274 / S-02667
Data do Documento	Número do Documento	Esp. Docum.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
18/01/2013	038983630001	GRCSU		18/01/2013	038983630001
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
EXERC (2013)	SIND	R\$			R\$ 164,64
Instruções					(-) Desconto / Abatimento
BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA					
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
GUIA VALIDA ATE 31/01/2013					
APOS ESTA DATA RETIRE OUTRA GUIA NO SITE DA ENTIDADE					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado:					
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA					
Rua Antonio Ruic, 270 - Jardim da Fonte - Birigüi - SP - 16204-375					
Sacador / Avalista:					

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



Antes de Levar ao Banco, recorte na linha acima.

[bb.com.br]

30/01/2013 - BANCO DO BRASIL - 09:36:38
034800348 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 00.043-0
=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
=====	
10499702606761770389683630001010955950000016464	
NR. DOCUMENTO	13.001
DATA DO PAGAMENTO	30/01/2013
VALOR DO DOCUMENTO	164,64
VALOR COBRADO	164,64
=====	

NR.AUTENTICACAO 5.196.631.422.5F1.E0C



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO 000269		Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
Endereço APINAJES 1100 CJ 1403		Código da Entidade Sindical 000.000.800.02667-5	
Número 05017-000	Complemento	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Endereço R ANTONIO RUIC		Número 270	Complemento
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 170,98
Capital Social - Empresa 5.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
	PRT (=) Valor Cobrado	

104-0 | 10499.70260 67617.703896 83630.001010 3 59600000017098

Código do Cedente 000.000.800.02667-5	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 170,98	Data Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.70260 67617.703896 83630.001010 3 59600000017098

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 31/01/2014
Cedente SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO					Agência / Código Cedente 0274 / 000.000.800.02667-5
Data do Documento 10/01/2014	Número do Documento 201400105530	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 10/01/2014	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2014)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 170,98
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
R ANTONIO RUIC, 270, - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



Cobrança / Títulos

30

30/01/2014 - BANCO DO BRASIL - 11:30:15
034800348 0005

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499702606761770389683630001010359600000017098

NR. DOCUMENTO 13.001

DATA DO PAGAMENTO 30/01/2014

VALOR DO DOCUMENTO 170,98

VALOR COBRADO 170,98

NR.AUTENTICACAO 1.3DF.159.432.D5D.660

Transação efetuada com sucesso por: J6333695 MARIERICA VIEIRA RINALDINI.


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical			Vencimento 30/01/2015	Exercício 2015
Nome da Entidade SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO 000269			Código da Entidade Sindical 000.000.800.02667-5	
Endereço APINAJES 1100 CJ 1403	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME				
Endereço R. ANTONIO RUIC	Número 270	Complemento		
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição			Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			(=) Valor do Documento 179,32 (-) Desconto / Abatimento (-) Outras Deduções (+) Mora / Multa (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado	
Capital Social - Empresa 5.000,00	Nº Empregados Contribuintes			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes			
Total Empregados - Estabelecimento				
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE			PRT	

104-0 | 10499.70260 67617.703896 83630.001010 5 63240000017932

Código do Cedente 000.000.800.02667-5	Noosso Número 038983630001	Valor do Documento 179,32	Data Vencimento 30/01/2015	Exercício 2015
--	-------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica


104-0 | 10499.70260 67617.703896 83630.001010 5 63240000017932

2ª Via - Documento do Banco

Lôcal de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/01/2015
Cedente SIND DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO NO EST SAO PAULO					Agência / Código Cedente 0274 / 000.000.800.02667-5
Data do Documento 12/01/2015	Número do Documento 201500093061	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 12/01/2015	Noosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2015)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 179,32
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

 Sacado:
 SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME
 R. ANTONIO RUIC, 270, - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica





Emissão de comprovantes

30/01/2015 - BANCO DO BRASIL - 14:54:16
034800348 0023

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499702606761770389683630001010563240000017932
NR. DOCUMENTO 13.001
DATA DO PAGAMENTO 30/01/2015
VALOR DO DOCUMENTO 179,32
VALOR COBRADO 179,32

NR.AUTENTICACAO F.416.069.661.5FB.E22

Transação efetuada com sucesso por: J6333695 MARIERICA VIEIRA RINALDINI.


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
 Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		30/04/2011		2011	
Endereço		Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R CONS RAMALHO		992		61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município		UF	
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO		SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA				03.898.363/0002-65	
Endereço		Número	Complemento		
R. MARANHÃO		304	308		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município		UF	Código Atividade
15385-000	ZONA NORTE	ILHA SOLTEIRA		SP	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 106,94	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	12		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	3.208,20		
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
12			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	

104-0 | 10499.70260 93617.703892 83630.002018 1 49530000010694

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	038983630002	106,94	30/04/2011	2011

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às 19h

119-696774947-5

29/ABR/2011

HORA DE 10:17:43

TERM 013859

LOT. 21.15486-1

LOCALIDADE: ILHA SOLTEIRA

AG. VINCULADA: 0599

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 30/04/2011

VALOR DO PAGAMENTO: 106,94

1049970260 93617703892

83630002018 1 49530000010694

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474

Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

119-696774947-5

CLIENTE



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
Endereço R CONS RAMALHO		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Endereço R ANTONIO RUIC		Número 270	Complemento
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 61,30
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 4	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 1.839,00	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 4	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor Cobrado

104-0

10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 53190000006130

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 61,30	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 53190000006130

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/04/2012
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP					Agência / Código Cedente 0240 / 000.000.264.02693-4
Data do Documento 13/04/2012	Número do Documento 201201709896	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 13/04/2012	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2012)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 61,30
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

PRT

Sacado:
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
R ANTONIO RUIC, 270, - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

0033

0033

0033

0033

CONTA:

69.043-0

0033

0033

43.001

30/04/2012

61,30

61,30

4.B5B.88D.E42.0EF.BC9


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Vencimento 30/04/2013		Exercício 2013	
Endereço R. CONS RAMALHO		Número 992	Complemento		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO		CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50	
				UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Endereço R. ANTONIO RUIC		Número 270	Complemento
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 122,16	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 5	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 3.664,80	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 5	(+) Mora / Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
	PRT (=) Valor Cobrado		

104-0

10499.70260 93617.703892 83630.001010 7 56840000012216

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 122,16	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.70260 93617.703892 83630.001010 7 56840000012216

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/04/2013
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP					Agência / Código Cedente 0240 / 000.000.264.02693-4
Data do Documento 10/04/2013	Número do Documento 201301687226	Esp. Docum. GRCSU	Acelte	Data Processamento 10/04/2013	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2013)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 122,16
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
R ANTONIO RUIC, 270, - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



23/04/2013 - BANCO DO BRASIL - 10:57:17
034800348 0003

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

10499702609361770389283630001010756840000012216
NR. DOCUMENTO 42.301
DATA DO PAGAMENTO 23/04/2013
VALOR DO DOCUMENTO 122,16
VALOR COBRADO 122,16
=====

NR.AUTENTICACAO A.280.B84.A67.C10.413



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238			Vencimento 30/04/2014	Exercício 2014
Endereço R CONS RAMALHO			Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50		
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Endereço R ANTONIO RUIC			Número 270	Complemento
CEP 16204-375	Bairro/Distrito JARDIM TOSELAR	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			Dados da Contribuição	
			(=) Valor do Documento 132,37	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 5	(-) Desconto / Abatimento		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 3.971,10	(-) Outras Deduções		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 5	(+) Mora / Multa	
		(+) Outros Acréscimos		
		PRT (=) Valor Cobrado		

104-0 | 10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 60490000013237

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 132,37	Data Vencimento 30/04/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 | 10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 60490000013237

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/04/2014
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP					Agência / Código Cedente 0240 / 000.000.264.02693-4
Data do Documento 04/04/2014	Número do Documento 201401489867	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 04/04/2014	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2014)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 132,37
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME
R ANTONIO RUIC, 270, - CEP 16204-375 - JARDIM TOSELAR - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



25/04/2014 - BANCO DO BRASIL - 16:26:33
034800348 0030

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGÊNCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

10499702609361770389283630001010160490000013237
NR. DOCUMENTO 42.502
DATA DO PAGAMENTO 25/04/2014
VALOR DO DOCUMENTO 132,37
VALOR COBRADO 132,37

=====

NR.AUTENTICACAO E.F6A.998.591.837.0DC



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238			Vencimento 30/04/2015	Exercício 2015
Endereço R CONSELHEIRO RAMALHO 992			Código da Entidade Sindical 914.000.264.02693-3	
Número 01325-000		Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 16204-050	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.898.363/0001-84	
Endereço AV NOVE DE JULHO		Número 2875	Complemento	
CEP 16204-050	Bairro/Distrito NOVO JARDIM STABILE	Cidade/Município BIRIGUI	UF SP	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 5	(=) Valor do Documento 109,33
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 3.279,90	(-) Desconto / Abatimento
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 5	(-) Outras Deduções
		(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 64140000010933

Código do Cedente 914.000.264.02693-3	Nosso Número 038983630001	Valor do Documento 109,33	Data Vencimento 30/04/2015	Exercício 2015
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 10499.70260 93617.703892 83630.001010 1 64140000010933

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/04/2015
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP					Agência / Código Cedente 0240 / 914.000.264.02693-3
Data do Documento 29/04/2015	Número do Documento 201501906925	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 29/04/2015	Nosso Número 038983630001
Uso do Banco EXERC (2015)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 109,33
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA. MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:
 SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA-ME
 AV NOVE DE JULHO, 2875, - CEP 16204-050 - NOVO JARDIM STABILE - BIRIGUI / SP

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

[bb.com.br]

30/04/2015 - BANCO DO BRASIL - 10:59:59
034800348 0016

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SISTEMA RADIO DIGITAL FM
AGENCIA: 0348-4 CONTA: 69.043-0

=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

10499702609361770389283630001010164140000010933
NR. DOCUMENTO 43.001
DATA DO PAGAMENTO 30/04/2015
VALOR DO DOCUMENTO 109,33
VALOR COBRADO 109,33

=====

NR.AUTENTICACAO F.DE2.AAF.5A9.06B.F9A

=====

Em 30/04/15, o sistema efetuara acertos da
cobranca da tarifa do seu Pacote de Servicos -PJ,
referentes aos meses de marco e/ou abril.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:50:50 do dia 13/10/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/11/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03898363/0002-65
Razão Social: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
Endereço: RUA AL MARANHÃO 304 FUNDOS / ZONA NORTE / ILHA SOLTEIRA / SP / 15385-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/10/2015 a 17/11/2015

Certificação Número: 2015101901031647339960

Informação obtida em 05/11/2015, às 12:46:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 11:01:54 do dia 08/10/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/04/2016.

Código de controle da certidão: **C180.E071.E1A2.7282**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.898.363

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 8877839

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 08/10/2015 11:08:13

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

DIRETORIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - Nº 1910/2015

Certifico a pedido de SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA que **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA**, CNPJ 03.898.363/0002-65, encontra-se **QUITE** até a presente data com o Município de ILHA SOLTEIRA, referente aos tributos municipais sujeitos a FIRMA abaixo identificada:

Inscrição: **2692 (SÓCIO ECONÔMICO)**

Endereço: **AL. MARANHÃO 308**

Atividade(s): **Serviços De Radiodifusão**


Período de atividade: **19/10/2006 até a presente data.**

Ficam, todavia, ressalvados os direitos do Município de ILHA SOLTEIRA de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, mesmo que dentro do período compreendido nesta certidão.

O referido é verdade e dou fé.

É o que cumpre certificar e, para constar foi a presente certidão nesta data editada por mim Maria Lucia MARIA LUCIA DA SILVA SANTOS, AGENTE ADMINISTRATIVO do(a) TRIBUTOS, conferida e assinada por mim **MARIA LUCIA DA SILVA SANTOS**.

ILHA SOLTEIRA (SP), 08 de outubro de 2015.


MAURO SERGIO BORGES
CHEFE DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO
TRIBUTOS

Certidão emitida com base no Decreto 5207 de 18/02/2011.

Certidão válida até 08/12/2015.

A autenticidade desta certidão pode ser verificada no endereço www.ilhasolteira.sp.gov.br.
Certidão emitida em 08/10/2015 às 16:20:32h. - Código de Validação **G3I3S1.U7A5D8.B0O4Y2**

PRAÇA DOS PAIAGUAS, nº 86 - ILHA SOLTEIRA - SP - CEP 15385-000 - Fone: (18) 3743-6000
CNPJ 59.754.648/0001-04 - e-mail: cidadaoonline@ilhasolteira.sp.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.898.363/0001-84
Certidão n°: 172633507/2015
Expedição: 09/10/2015, às 15:39:06
Validade: 05/04/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **03.898.363/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



05/11/2015

6126843

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8818746

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 05/11/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA - ME, CNPJ: 03.898.363/0001-84, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 6 de novembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

6126843





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8743719

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 22/10/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

MARIERICA RINALDINI SABIONI, RG: 30800341x, CPF: 297.963.738-66, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 23 de outubro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

6019627





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8748089

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 22/10/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

MARIERICA VIEIRA RINALDINI SABIONI, RG: 30800341X, CPF: 297.963.738-66, nascida em 17/04/1979, natural de Birigui - SP, filha de Adão Mario Rinaldini e Ercília Vieira Rinaldini, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de outubro de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

6030852





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20150002054426

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARIERICA RINALDINI SABIONI**, ou vinculado ao **CPF de número 297.963.738-66**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTSR34FAI hKLQTS X7ENPUJW846NUPX
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 22 de outubro de 2015 às 14h08min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITA** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIERICA VIEIRA RINALDINI**

Inscrição: **161110960175** Zona: 25 Seção: 50

Município: 62294 - BIRIGUI UF: SP

Data de Nascimento: 17/04/1979 Domiciliada desde: 13/03/1998

Filiação: ERCILIA VIEIRA RINALDINI

ADAO MARIO RINALDINI

Certidão emitida às 12:21 de 06/11/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

Q67Q.HEB7.7GFA.C+ +L

Nº. PEDIDO: 23116/22

**2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
BIRIGUI - SP**

RUA BENTO DA CRUZ, 394 - Fone: (018)3211-2110

CNPJ: 49.584.980/0001-06

PEDRO PAULO REINALDIN - TABELIAO

CERTIDÃO NEGATIVA

O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS da cidade de BIRIGUI, por este público instrumento, atendendo a requerimento de **MARIERICA RINALDINI SABIONI**

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 21/10/2015, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

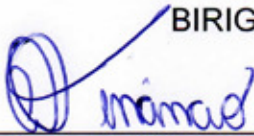
MARIERICA RINALDINI SABIONI

CPF - 297.963.738-66 -

Nada mais. O referido é verdade e dá fé.

Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

BIRIGUI, 22 de Outubro de 2015

Eu,  PEDRO PAULO REINALDIN - TABELIAO, expedi e assino.

2º TABELIAO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE
LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI - SP
Fone (18) 3211 - 2100
Caroline Oliveira Verâncio
Escravente

Certidão nº 14782-2015 Pedido nº 23116

Código de Segurança: 020000000000000147820221020151531303506508

NBSJFSJDB SJOBMEJOJ TBCJPOJ
OCTKGTKEC TKPCNFKPK UCDKQPK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a seqüência alfabética mostrada acima)

***** Custas e Emolumentos *****

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MIN.PUBLICO	IMP. MUNICIPAL	TOTAL
R\$ 6,36	R\$ 1,81	R\$ 0,94	R\$ 0,33	R\$ 0,06	R\$ 0,44	R\$ 0,30	R\$ 0,00	R\$ 10,24



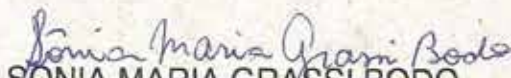
JUSTIÇA ELEITORAL
11ª ZONA ELEITORAL DE ARAÇATUBA - SP
RUA BRIGADEIRO LUIZ ANTONJO, 46 Telefone 18 36089477

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES
Inscrição: 009674920167 Zona: 11 Seção: 45
Município: 61557 - ARAÇATUBA UF: SP
Data de nascimento: 15/01/1958 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: ELVIRA GODOY HERNANDES
GERALDO SANCHES HERNANDES

Em 20 de outubro de 2015.


SONIA MARIA GRASSI BODO
AUXILIAR ELEITORAL

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20150002138723

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES**, ou vinculado ao **CPF de número 781.085.438-00**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGhDZCZ6R X9EhKR hJCW1TM75H7Q6YD
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 04 de novembro de 2015 às 16h52min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8743096

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Araçatuba, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 21/10/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES, RG: 10.204.031, CPF: 781.085.438-00, nascido em 15/01/1958, natural de Mirandópolis - SP, filho de GERALDO SANCHES HERNANDES e ELVIRA GODOI HERNANDES, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Araçatuba, 22 de outubro de 2015.

Roberto Hirata
Escrivão Judicial I





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 015972558

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 16/10/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES, RG: 10.204.031, CPF: 781.085.438-00, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

ARAÇATUBA

» Foro de Araçatuba - Vara da Fazenda Pública. Processo: 0015120-07.2011.8.26.0032 (0015120-07.2011.8.26.0032). Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa. Assunto: Violação aos Princípios Administrativos. Data: 22/07/2011. Reqte: Ministério Público do Estado de São Paulo.*****

AURIFLAMA

» Foro de Auriflama - Vara Única. Processo: 0001996-72.2008.8.26.0060 (0001996-72.2008.8.26.0060). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Posse. Data: 30/09/2008. Reqte: Nildovaldo da Silva.*****

ILHA SOLTEIRA

» Foro de Ilha Solteira - 1ª Vara. Processo: 0002664-57.2014.8.26.0246. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 17/12/2014. Exepte: FAZENDA DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 19 de outubro de 2015.

PEDIDO Nº:

5972558



Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARAÇATUBA
FORO DE ARAÇATUBA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua XV de Novembro 295, ., Centro - CEP 16010-030, Fone:
(18)3621-0761, Araçatuba-SP - E-mail: aracatubafaz@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

ALONSO JOSÉ PIRES DE ANDRADE E SILVA, Escrivão do Cartório da Vara da Fazenda Pública do Foro de Araçatuba, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0015120-07.2011.8.26.0032 - **N. Ordem 1.091/2011**

CLASSE - ASSUNTO: Ação Civil de Improbidade Administrativa - (Violação aos Princípios Administrativos)

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 22/07/2011 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 16.370,00

REQUERENTE(S): Ministério Público do Estado de São Paulo

REQUERIDO(S): José Carlos Sanches Hernandez – CPF 781.085.438-00 – RG 10.204.031 e Outros (02)

OBJETO DA AÇÃO: O Ministério Público alega, em resumo, que em abril/2011, o 1º requerido promoveu certame e contratou empresa par edição da revista ARAÇATUBA MELHOR Balanço do governo Municipal de Araçatuba Biênio 2009-2010 . A publicação trouxe artigos assinados pelos requeridos, evidenciando promoção pessoal, em afronta ao preceito do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

- Despacho Proferido - 25/07/2011 - Vistos. - I - Intime-se a Prefeitura Municipal de Araçatuba, na pessoa de seu representante local, na forma requerida à fls. 13, item "II"; II - Notifiquem-se os requeridos, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, no prazo de quinze (15) dias (art. 17, § 7º, da Lei 8.249/92). Expeça-se mandado. I.
- Apensamento - 11/11/2011 - Apensado ao Processo 032.01.2011.012480-1/000000-000 em 11/11/2011
- Decisão Proferida - 25/11/2011 - Tópico Final: "Assim, RECEBO a petição inicial apresentada contra APARECIDO SÉRIO DA SILVA, JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES e APARECIDA SEVERIANO LACERDA E SILVA, determinando sua citação para apresentação de defesa. Expeça-se mandado, com as advertências legais. O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA deverá ser intimado de todos os atos processuais. I."
- Despacho Proferido - 08/03/2012 - Vistos. - O Município de Araçatuba foi admitido como interessado no processo (fls.166, parte final). Assim, assino-lhe o prazo de 10 dias para que se manifeste sobre o agravo retido e as defesas apresentadas. I.
- Despacho Proferido - 22/05/2012 - Vistos. - Trata-se de agravo retido apresentado contra a decisão de fls. 164/166, que recebeu a petição inicial, admitindo o processamento desta ação. Na diretriz do artigo 523, § 2º, do Código de Processo Civil, não vislumbro, apesar da argumentação trazida na minuta recursal, motivos para reconsideração da decisão agravada, que fica mantida por seus próprios fundamentos. Rejeitada, assim, a retratação postulada. Permaneça o agravo apresentado retido nos autos para eventual apreciação da E. Superior Instância. No mais, aguarde-se a resposta do ofício expedido no processo 879/2011. I.
- Sentença Proferida - 23/10/2012 12:00:00 - Sentença nº 1919/2012 registrada em 24/10/2012 no livro nº 398 às Fls. 53/63 – Tópico Final: "Isso posto JULGO PROCEDENTE esta AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra APARECIDO SÉRIO DA SILVA, JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES e APARECIDA SEVERIANO LACERDA E SILVA, para condenar os acionados, pela prática de atos de improbidade administrativa, solidariamente, ao ressarcimento integral do dano, impondo-lhes, ainda, as penalidades de perda das funções públicas ocupadas, suspensão dos direitos políticos por cinco (5) anos, multa civil equivalente a vinte (20) vezes a remuneração bruta recebida pelos agentes (fls.87/89) e a proibição de contratar com o Poder Público, ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de três (3) anos, na forma prevista nos artigos 11, caput, I, e 12, III, da Lei 8.429/92. Os valores previstos nesta sentença serão atualizados desde junho/2011, com juros moratórios de 1% ao mês, desde então (arts. 398 e 406, do Código Civil), e revertidos em benefício do Município de Araçatuba (art. 18, da Lei 8.429/92). Os requeridos responderão pelo pagamento das custas processuais. Sem honorários (RJTJESP. 175/91-LEX). P.R.I."
- Juntada de Apelação - 30/11/2012 - Juntada de Apelação. Acionados.
- Despacho Proferido - 24/01/2013 - Vistos. I. Recebo os recursos de apelação apresentados pelos acionados, no seu efeito suspensivo (Artigo 19, caput da Lei 4.717/65). II. Dê-se vista dos autos ao autor para apresentar suas contrarrazões, em quinze (15) dias. I.
- Carga Outro - 17/06/2013 15:11:02 - Carga Outro sob nº 9665959 - Destino: EG. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SERVIÇO DE ENTRADA DE AUTOS DE DIREITO PÚBLICO (S.J.2.1.4).

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Araçatuba, 22 de outubro de 2015. Alonso José Pires de Andrade e Silva, chefe de seção judiciária/oficial maior, matrícula 312.027, em substituição ao Escrivão Judicial.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao Estado: R\$ 19,40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Márcio Roberto Kimura, Escrivão do Cartório da Vara Única do Foro de Auriflama, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0001996-72.2008.8.26.0060 - **CLASSE - ASSUNTO:** Cumprimento de Sentença - Posse

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 30/09/2008 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 10.000,00

REQUERENTE(S):

Nildoaldo da Silva, RUA TRES, 3059, CENTRO, Jales-SP, CPF 734.423.058-53

REQUERIDO(S):

Jose Carlos Sanches Hernandez, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 675, (RADIO CULTURA), CENTRO, Araçatuba-SP, CPF 781.085.438-00

OBJETO DA AÇÃO:

Ação de reintegração de posse do imóvel rural encravado na Fazenda Dulcelândia, com área de 10.360,12 m², objeto da matrícula 2316 do Cartório de Registro de Imóveis de Auriflama-SP.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Despacho Proferido - 01/10/2008 - Vistos. Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por NILDOVALDO DA SILVA em face de JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES, na qual pretende a liminar sob o argumento de que efetuou com Nildo Vicente da Silva contrato particular de compra e posse do bem descrito na exordial. Sustenta que com referida aquisição assumiu todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato de comodato que o promitente-vendedor Nildo firmou com o ora réu. Afirma que o prazo do referido comodato está vencido e que houve notificação do réu para que lhe restituísse a posse do imóvel objeto do contrato, o que não foi feito. Com a inicial, os documentos. É o relatório do necessário. Fundamento e decidido. Estão presentes os requisitos para concessão da liminar, tendo em vista não ter decorrido mais de ano e dia desde a notificação para desocupação e o término da vigência contratual, que com o término em data anterior se tornou por tempo de indeterminado. O autor demonstra a existência de um contrato de compra e venda do bem, bem como do comodato anterior, cuja vigência já se encerrou, sendo que houve notificação do requerido para que desocupasse a área. Assim, o autor demonstra ser o compromissário comprador do imóvel em questão, conforme se depreende do documento de fls. 12/14. A jurisprudência é pacífica no sentido de que, uma vez encerrado o contrato de comodato e havendo notificação para desocupação, há esbulho possessório a justificar a concessão de reintegração de posse. Neste sentido: Segundo Tribunal de Alçada Civil - 2ªTACivSP. ?COMODATO - Reintegração de posse - Admissibilidade. Comprovado o comodato e a posse anterior do autor, a ação reintegratória é a via judicial adequada para a restituição do imóvel, diante da eficácia da notificação extintiva do empréstimo de uso, que rompe o vínculo contratual comodatício, de natureza temporária. COMODATO - Contrato - Prova - Índícios a caracterizá-lo - Reconhecimento. O contrato de comodato não tem forma determinada por lei, podendo ser celebrado verbalmente ou por escrito, sendo indícios a revelar o empréstimo gratuito a natureza da coisa, a situação dos contratantes e as circunstâncias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(2ªTACivSP - Ap. c/ Rev. nº 278.551-2/00 - 6ª Câmara - Rel. Luiz Henrique (subst.) - J. 12.12.90 - v.u). JTACSP-RT 128/411 No mesmo sentido: Ap. 167.234 - 9ª Câmara - Rel. Juiz Silva Pinto - J. 04/04/84; Ap. 244.351 - 3ª Câmara - Rel. Juiz Magno Araújo - J. 07/02/90; Ap. c/ Rev. 262.529 - 5ª Câmara. Rel. Juiz Evaristo dos Santos (subst.) - J. 23/05/90; JTA (RT) 105/332, 102/378; JTA 81/116, 74/304. Ante o exposto, DEFIRO a liminar para o fim de reintegrar o autor na posse do imóvel descrito na exordial. Expeça-se mandado de reintegração, intimando-se o requerido da presente decisão. Cumprida a medida, cite-se, com as advertências legais. Defiro, desde já, a requisição, se necessário, de força policial. Expeça-se, assim, o ofício ao Comandante da Polícia Militar desta Comarca, requisitando força policial para auxílio aos Srs. Oficiais de Justiça, devendo o ofício acompanhar o mandado e ficar em poder do Sr. Oficial de Justiça para utilização, caso necessário. Poderá o Sr. Diretor de Serviço assinar o competente ofício. Concedo o benefício previsto no artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil. Intimem-se.

Despacho Proferido - 18/11/2008 - Deve o(a) autor(a) providenciar a retirada da carta precatória de citação expedida a fls.39 dos referidos autos.

Despacho Proferido - 05/01/2009 - Fls. 40/41: Esclareça o autor, a considerar que conforme fls. 37/38, o Mandado de Reintegração de Posse foi devidamente cumprido, não ficando claro o ora pretendido: Prazo 05 dias. Deve o requerente retirar e distribuir a Carta Precatória expedida às fls. 39 para citação do requerido. Int.

Despacho Proferido - 16/04/2009 - MANIFESTE-SE o REQUERENTE sobre a Contestação e cópias de documentos juntados/apresentados às fls. 54/88.

Despacho Proferido - 28/05/2009 - Fls. 92: Aguarde-se momento oportuno. Prosseguindo-se o feito, intimem-se as partes para informar: a)- Se pretendem o julgamento antecipado do feito, no estado em que se encontra, ou; b)- No caso contrário, especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de cinco dias, justificando-as, tudo sob pena de preclusão, e; c)- Por fim, atendendo a economia e celeridade processual, manifestem-se se tem interesse em eventual composição civil a ser realizada em audiência de conciliação, nos termos do artigo 331 do Código de Processo Civil. Consigne-se, desde já, que o silêncio das partes será interpretado no sentido do desinteresse na realização da audiência mencionada. Int.

Despacho Proferido - 20/07/2009 - Nos termos do artigo 331 do Código de Processo Civil, designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 22 de 10 de 2009, às 14:40 horas, intimando-se as partes.

Despacho Proferido - 22/10/2009 - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE AURIFLAMA - VARA ÚNICA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Controle nº.1356/08 Requerente: NILDOVALDO DA SILVA Requerido(a): JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES Aos 22 de outubro de 2009, às 14:40 horas, nesta cidade e Comarca de Auriflama, Estado de São Paulo, na sala de audiências do Juízo da Única Vara Cível, sob a presidência do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, Dr(a). MARINA DE ALMEIDA GAMA, comigo Escrevente-Chefe abaixo assinado, foi aberta a audiência de conciliação, nos autos da ação e entre as partes supra-referidas. Abertas, com as formalidades legais, e apregoadas as partes, compareceu(ram): o autor NILDOVALDO DA SILVA, acompanhado de seu advogado, DR. ARNALDO LUIS CARNEIRO ABREU, o qual neste ato, requer a juntada do substabelecimento, o que foi deferido pela MMª Juíza. Presente, ainda, o requerido JOSÉ



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARLOS SANCHES HERNANDES, acompanhado dos advogados, Dra. ROSANE CAMILA LEITE PASSOS. Inicialmente, pelo(a) MM^a Juiz(a) foi proposta a conciliação, a qual resultou INFRUTÍFERA. No entanto, solicitaram a suspensão do feito pelo prazo de cinco (5) para eventual tentativa de acordo para solucionar a questão. Pelo(a) MM(a). Juiz(a) de Direito foi, então, dito que: Defiro a suspensão do feito pelo prazo de 05 dias. Decorrido o prazo, manifestem-se as partes. Com a comunicação de não havendo acordo, tornem conclusos para saneador ou, se o caso, julgamento antecipado do feito. Saem intimados os presentes. Int. NADA MAIS.

Sentença Proferida - 19/02/2010 - Sentença nº 463/2010 registrada em 19/02/2010 no livro nº 232 às Fls. 295/297: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil para o fim de reintegrar definitivamente o requerente no imóvel descrito na inicial. O requerido arcará com o pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios que fixo em R\$ 800,00 (oitocentos reais). Torno definitiva a tutela antecipada concedida anteriormente. Em caso de eventual recurso, o valor atinente ao preparo é de R\$ 200,00, bem como porte e remessa no valor de R\$ 20,96, por volume.

Despacho Proferido - 19/10/2010 - Recebo o(s) recurso(s) interposto(s) a fls. 105/113, em ambos os efeitos. Às contra-razões da(s) parte(s) contrária(s), no prazo legal. Em seguida, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado - Serviço de Entrada de Autos de Direito Privado - SEJ 2.1.2 - Complexo Judiciário do Ipiranga Sala 44 ? 11ª e 24ª Câmaras, com as homenagens deste Juízo e observadas as formalidades legais.

Despacho Proferido - 22/03/2011 - 1- Diante da tutela antecipada confirmada na r. sentença de fls. 102/104, determino que o recurso recebido na r. decisão de fls. 114 tem efeito devolutivo no tocante à referida tutela. 2- Fls. 120: Diante do contido no item supra, formem-se autos suplementares e encaminhem-se os autos à Instância Superior conforme determinado na r. decisão de fls. 114. Nos autos suplementares, intime-se o réu para, no prazo de 30 dias providenciar a retirada dos objetos existentes no imóvel reintegrado em favor do autor, sob as penas da lei.

Despacho Proferido - 04/04/2011 - Fica o réu intimado para que, no prazo de 30 dias, providencie a retirada dos objetos existentes no imóvel reintegrado em favor do autor, sob as penas da lei.

Despacho Proferido - 20/04/2011 - Pedido fls. 122/155: Diante do apresentado e evitando-se prejuízos irreparáveis, usando o poder de cautela deste Juízo, reconsidero o contido no item ?? de fls. 121 no tocante a retirada dos objetos, determinando, pois, por ora, a suspensão dos efeitos da referida tutela no tocante a retirada de tais bens. Até porque o cumprimento do solicitado a fls. 120 (retirada da torre e outros aparelhos da rádio local) depende de outras condições administrativas para o efetivo cumprimento e, ainda, é fácil perceber que réu não teria condições de assim proceder. Além do mais, o autor não será prejudicado porque já detém a posse do imóvel (fls. 37). No mais, formem-se os autos suplementares e remetam-se os autos à Instância Superior.

Despacho Proferido - 30/06/2011 - 1-Fls. 157: Ciente. 2- No mais, cumpra-se integralmente o determinado a fls. 156 encaminhando-se os autos à Instância Superior.

Despacho Proferido - 23/11/2012 - Ciência às partes da baixa dos autos em Cartório. Cumpra-se o V. Acórdão. Em continuidade, manifeste-se a parte autora requerendo o que entender de direito em termos de prosseguimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Despacho Proferido - 25/03/2013 - 1- Fls. 182/190: Intime-se o executado, através de seu advogado, na forma do artigo 475-J, ou seja, para cumprimento voluntário da obrigação, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. 2- Em caso de não pagamento, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito. Nesse sentido é o entendimento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA SISTEMÁTICA IMPOSTA PELA LEI Nº.11.232/05. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. A alteração da natureza da execução de sentença, que deixou de ser tratada com processo autônomo e passou a ser mera fase complementar do mesmo processo em que o provimento é assegurado, não traz nenhuma modificação no que tange aos honorários advocatícios. ? A própria interpretação literal do art. 20, § 4º, do CPC não deixa margem para dúvidas. Consoante expressa dicção do referido dispositivo legal, os honorários são devidos ?nas execuções, embargadas ou não. O art. 475-I, do CPC, é expresso em afirmar que o cumprimento da sentença, nos casos de obrigação pecuniária, se faz por execução. Ora, se nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, a execução comporta o arbitramento de honorários e se, de acordo com o art. 475, I, do CPC, o cumprimento da sentença é realizado via execução, decorre logicamente destes dois postulados que deverá haver a fixação de verba honorária na fase de cumprimento da sentença. Ademais, a verba honorária fixada na fase de cognição leva em consideração apenas o trabalho realizado pelo advogado até então. Por derradeiro, também na fase de cumprimento de sentença, há de se considerar o próprio espírito condutor das alterações pretendidas com a Lei nº.11.232/05, em especial a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Seria inútil a instituição da multa do art. 475-J do CPC se, em contrapartida, fosse abolida a condenação em honorários advocatícios, arbitrada no percentual de 10% a 20% sobre o valor da condenação. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1028855/SC ? Corte Especial ? Rel. Min. NANCY ANDRIGHI ? j. 27.11.2008). 3- No caso de não pagamento, expeça-se mandado para penhora e avaliação nos termos dos artigos 475-J e segs. do Código de Processo Civil. 4- Esclareça o exequente o pedido formulado no item ?3.3?, ou seja, expedição de mandado de desocupação e de reintegração do autor na posse do imóvel, uma vez que foi deferida liminar nesse sentido a fls. 30/31 e emitido o autor na posse do imóvel em 22-10-2008 (fls. 37).

Despacho Proferido - 19/06/2013 - Fica o requerido-executado devidamente intimado através desta publicação, para efetuar o pagamento do débito executado, no valor de R\$ 45.580,58, em 15 (quinze dias), nos termos do artigo 475-J do CPC.

Despacho - 14/03/2014 15:40:20 - 1- Em que pese o alegado pelas partes, consigno que não há na Comarca a figura do Contador Judicial. Logo, ante a divergência entre as partes acerca do valor executado, o feito depende da nomeação de pessoa capacitada para resolver a questão. 2- Ponto controvertido: qual o valor correto a ser executado. 3- Defiro, pois, a prova pericial e, para tanto, nomeio perito o senhor JOSÉ LUIZ FERREIRA DO VAL, o qual cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe é acometido, independentemente de termo de compromisso (Art. 422 do CPC), fixando a título de honorários a importância de R\$ 1.000,00 (quinhentos reais), atento a relevância econômica e a complexidade fática da demanda. 4- Deverá o impugnante efetuar o depósito dos honorários periciais, ora fixados, no prazo de dez (10) dias, na forma e sob as penas da lei. 5- Feito o depósito, intime-se o perito judicial para dar início as diligências necessárias, fixando o prazo de trinta (30) dias, para apresentação do laudo. 6- Poderão as partes, em cinco (5) dias, indicar assistentes técnicos e formular quesitos (artigo 421, I e II, do Código de Processo Civil). 7- Cumpra-se o disposto no artigo 433, parágrafo único, do mesmo Codex. 8- Com a vinda do laudo, após a manifestação das partes, voltem conclusos. 9- Desde já, fica deferido a requisições dos documentos necessários e imprescindíveis para realização da perícia ora deferida,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

caso o Sr. Expert os solicitem. Int.

Despacho - 21/03/2014 03:08:05 - 1- Em análise ao despacho exarado às fls. 217, constata-se erro material, no que tange ao valor arbitrado a título de honorários do perito, causando duplicidade de valores arbitrados (item 3). 2- Assim, tem-se que valor correto, do item 3, do despacho de fls. 217, é a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) a título de honorários periciais. 3- No mais, mantem-se as disposições determinadas às fls. 217.

Decisão - 16/09/2014 10:28:42 - Vistos. Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença, alegando o executado, em síntese, a existência de excesso de execução, sob o argumento de que estão sendo cobrados valores dos quais não houve condenação para pagamento (fls. 195/208). Razão assiste ao executado impugnante. De fato, a r. sentença de fls. 102/104, decisão mantida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 169/177), julgou o pedido procedente para reintegrar o requerente na posse do imóvel e condenou o requerido apenas ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 800,00. Portanto, não houve qualquer condenação em pagamento de aluguéis ou qualquer outra verba que não sejam aquelas de natureza sucumbencial. Aliás, o requerente na exordial sequer fez menção a pedido de cobrança de aluguel, pugnando, somente, pela procedência da ação para ser reintegrado na posse do imóvel e pela condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (fls. 02/05). Assim, tendo em vista que o autor já foi imitido na posse do imóvel, conforme se verifica às fls. 37, resta tão somente ao exequente o recebimento dos honorários de sucumbência arbitrados às fls. 104. Posto isto, acolho a impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 195/208, o que faço para excluir da execução os valores referentes à cobrança de aluguel do imóvel, prosseguindo-se apenas pelo valor dos honorários advocatícios fixados em R\$800,00, acrescidos da devida atualização. Em consequência, reconsidero os despachos de fls. 217/218, tornando-os sem efeito. Decorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos, expeça-se mandado para o levantamento do depósito judicial de fls. 211 em favor do exequente. Após, tornem conclusos para a extinção. Int.

Decisão - 27/11/2014 10:50:05 - Vistos. O executado opôs embargos de declaração alegando, em síntese, a existência de omissão na decisão de fls. 227, sob o argumento de que não houve análise quanto aos honorários advocatícios decorrentes da impugnação ao cumprimento de sentença. Conheço dos embargos porque tempestivos e DOU-LHES PROVIMENTO, para o fim de admitir a condenação em honorários. Assim, considerando o acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 227), com fundamento no art. 20, § 4º, c.c. art. 475-I, ambos do Código de Processo Civil, condeno o exequente Nildoaldo da Silva ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono da parte executada, os quais fixo por equidade em R\$200,00 (duzentos reais). Digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, se têm interesse na compensação do valor acima fixado com o crédito que o exequente possui referente ao depósito judicial de fls. 211. Caso contrário, deverá o exequente efetuar o pagamento da condenação supra, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta decisão no DJE. Sem prejuízo, tendo em vista a sentença de procedência da ação (fls. 102/104 e 169/177), deiro o pedido de fls. 234/235 e autorizo a expedição de mandado para imissão do autor na posse do bem, devendo o requerente providenciar previamente o depósito da respectiva diligência. Compete ao requerente providenciar todos os meios necessários para o cumprimento da diligência, ficando, ainda, responsável, por eventual remoção e guarda de bens existentes no local. Intime-se.

Despacho - 10/03/2015 14:01:11 - Vistos. Tendo em vista que a discordância do requerido em relação a compensação dos valores e mediante a inércia do requerente, cumpra o requerente o já



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE AURIFLAMA
FORO DE AURIFLAMA
VARA ÚNICA

Rua Doutor Márcio da Mata Bianco, 5225, ., Centro - CEP 15350-000,
Fone: (17) 3482-1165, Auriflama-SP - E-mail: auriflama@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

determinado às fls. 238. Int.

Mero expediente - 02/07/2015 16:04:43 - 1. Aguarde-se provocação pelo prazo de 30 (trinta) dias.
2. Decorrido o prazo, intinem-se as partes, pessoalmente, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dêem prosseguimento ao feito, sob pena de extinção nos termos do artigo 267 do CPC.

Os autos se encontram aguardando minuta de despacho.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Auriflama, 22 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 47,40


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ilha Solteira
FORO DE ILHA SOLTEIRA
1ª VARA
Passeio Parati, 513, ., Zona Sul - CEP 15385-000, Fone: (18) 3742-4148,
Ilha Solteira-SP - E-mail: ilhasolteira1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

VALDECI PLINIO DE NOVAES, Escrivão do Cartório da 1ª Vara do Foro de Ilha Solteira, na forma da lei.

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0002664-57.2014.8.26.0246 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - Dívida Ativa

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2014

VALDECI PLINIO DE NOVAES, Escrivão do Cartório da 1ª Vara do Foro de Ilha Solteira, na forma da lei.

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0002664-57.2014.8.26.0246 - **CLASSE - ASSUNTO:** Execução Fiscal - Dívida Ativa

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/12/2014

EXEQUENTE(S): FAZENDA DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA, PRAÇA DOS PAIAGUÁS, 86 - CEP 15385-000, Ilha Solteira-SP

EXECUTADO(S): JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES, CPF 781.085.438-00, RG 10204031, brasileiro, casado, empresário, residente na Alameda maranhão nº 308 - CEP 15385-000, Ilha Solteira-SP.

OBJETO DA AÇÃO: CDA(s) n.ºs. 1341/2013, 2243/2013 no valor de R\$ 525,64, lançada(s) contra o(a) executado(a).

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

-Decisão 28/01/2015: Indeferida a petição inicial com fundamentos no art. 295, inciso III do CPC e, em consequência extinto o processo, nos termos do disposto no art. 267, inciso VI do referido diploma legal.

-Decisão - 05/03/2015 09:47:32 - Ademais, a extinção do processo não isentou de responsabilidade o ora executado, visto que preservou a legalidade do crédito - o qual poderá ser cobrado na esfera administrativa ou somado a outros créditos em face do mesmo devedor, para ajuizamento posterior, quando atingir o patamar que justifique o trâmite processual. Diante disto, nos termos do disposto no art. 34 e §§ da Lei 6830/80, mantenho o posicionamento adotado na sentença prolatada. Intimada a embargante, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Petição - 26/03/2015 15:33:58 - Juntada a petição diversa - Tipo: Petições Diversas em Execução Fiscal - Número: 80001 - Protocolo: FILH15000059492

Autos aguardando decisão acerca dos embargos declaratórios interpostos.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Ilha Solteira, 26 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$19,40.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por VALDECI PLINIO DE NOVAES. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>. Informe o processo 0002664-57.2014.8.26.0246 e o código 6U00000004FZ.

Certidão Negativa de Protesto

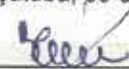
O 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SP, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 anos** anteriores a **08 de outubro de 2015**, em nome de:

JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES
CPF 11836253834

Eu,  **RODOLFO FERNANDES DEAMO**

, pesquisei e conferi.

O referido é verdade e dou fé.
Araçatuba, 09 de outubro de 2015.


RODOLFO FERNANDES DEAMO
1º SUBSTITUTO DO TABELIAO

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
RODOLFO FERNANDES DEAMO
1º Substituto
Araçatuba/SP - Fone/Fax (18) 3622-8267

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- As custas foram recolhidas por guia.

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta. Casa	Imp. Municipal	Ministério Público	Total
***** 6.36	***** 1.81	***** 0.94	***** 0.32	***** 0.44	***** 0.06	***** 0.31	***** 0.30	***** 10.56

2º Tabelião de Notas e Protestos de Letras e Títulos de
Araçatuba - SP

Rua Carlos Gomes, 94 - Centro - (18) 3621-8728 - Araçatuba - SP

João Braz Ferrer
Tabelião

Nº. PEDIDO: 7.647/09

Pág. 1/1

Certidão Negativa de Protesto

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE
ARAÇATUBA - SP, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices
de protesto deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anteriores a
09 de outubro de 2015, em nome de:

JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES
CPF 11836253834

Eu, THAYS GONÇALVES SANTOS, pesquisei.

Eu, FERNANDO FERRER

Escrevente Autorizado, subscrevi.

O referido é verdade e dou fé.
Araçatuba, 09 de outubro de 2015.

FERNANDO FERRER
Escrevente Autorizado

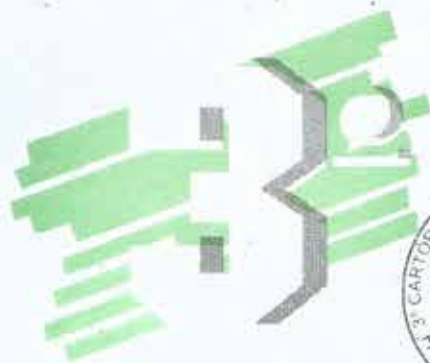
2º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS
ARAÇATUBA - SP

João Braz Ferrer
Tabelião

Fernando Ferrer
Escrevente Autorizado

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	IPESP	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	A SANTA CASA	IMPOSTO MUNICIPAL	SP A CASA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	*** 0,33	***** 0,44	***** 0,06		***** 0,31		***** 0,30	***** 10,55

Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo. Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, INVALIDARÁ esta certidão. As custas foram recolhidas por guia.



CARTÓRIO

DE NOTAS E PROTESTO

ARAÇATUBA - SP

ORENTINO MARTINS FILHO
TABELIÃO

PAULO ROBERTO SILVEIRA LEITE
SUBSTITUTO

RUA TIRADENTES, 140 - FONE (18) 3621-7546 - CEP 16010-240 - ARAÇATUBA - SP

Pág. 1/1

Nº. PEDIDO: 7.647/09

Certidão Negativa de Protesto

O 3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SP, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anteriores a **08 de outubro de 2015**, em nome de:

JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES
CPF 11836253834

Eu, Camila Galvão Lopes, CAMILA GALVAO LOPES

, Auxiliar, pesquisei e digitei.

Eu, Paulo Roberto Silveira Leite, PAULO ROBERTO SILVEIRA LEITE

, Tabelião Substituto, subscrevi.

O referido é verdade e dou fé.
Aracatuba, 09 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO SILVEIRA LEITE
Tabelião Substituto

3º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE
TÍTULOS DE ARAÇATUBA-SP
Orentino Martins Filho - Tabelião
Paulo Roberto Silveira Leite - Substituto
Rua Tiradentes, 140 - Fone: (18) 3623-4131
CEP 16010-240 - Aracatuba-SP

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- As custas foram recolhidas por guia.

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	ISSQN	Min.Público	Total
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,31	***** 0,30	***** 10,55



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35216382997		23/06/2000	14/06/2000				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)	
C.N.P.J.	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
03.898.363/0001-84	AVENIDA NOVE DE JULHO			2875			
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL		
NOVO JARDIM STABILE	BIRIGUI	SP	16204-050	R\$	30.000,00		

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

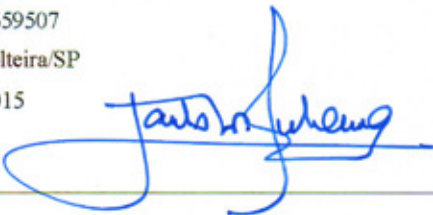
SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA PLINIO SALGADO			422		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
JD NOVA YORQUE	SAO PAULO	SP	16018-270	10204031	
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS	
781.085.438-00	SÓCIO E ADMINISTRADOR			15.000,00	

SÓCIO ADMINISTRADOR					
NOME					
MARIERICA VIEIRA RINALDINI					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA ANTONIO RUIC			270		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
JD. DA FONTE	BIRIGUI	SP	16200-000	30800341X	
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS	
297.963.738-66	SÓCIO ADMINISTRADOR			15.000,00	

FILIAIS					
NIRE	CNPJ				
35903198893					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
ALAMEDA MARANHÃO			304	FUNDOS	
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYW657	1-2- Horário de funcionamento: 00:00/24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	
Cidade: ILHA SOLTEIRA	UF: SP
CEP:	Telefone:
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 20° 25' 51" 00" S	
Longitude: 51° 19' 41" 00" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	
2.3.2 - Modelo: FM 3000	
2.3.3- Homologação/Certificação: 0285042252	
2.3.4- Potência de operação(kW): 1,85 Potência medida(kW): 1,84	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 95,9 Frequência medida(MHz): 95,9	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz):	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	() Sim (X) Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não

2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4- Transmissor Auxiliar		
2.4.1- Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.		
2.4.2 - Modelo: TEC106		
2.4.3- Homologação/Certificação: 0635030345		
2.4.4- Potência de operação(kW): 0,1 Potência medida(kW): 0,1		
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 95,9 Frequência medida(MHz):95,9		
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz):		
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante	
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não

4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	78
3º Harmônico	78
Espúrios	78
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (x) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(x) Sim () Não
6. Estúdios	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: ALAMEDA MARANHÃO, 304	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço:	
7. Informações Adicionais	
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Paulo M. Tukiama Formação: Engenheiro Eletrônico CREA: 0600659507 Local: Ilha Solteira/SP Data: 28/10/2015 Assinatura: 	
Representante legal da Entidade Nome: JULIENNE SACCAON HERNANDES - CPF: 303.369.478-01 Assinatura:	



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
92221220151449179

1. Responsável Técnico

PAULO MASSASHICO TUKIAMA

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

Empresa Contratada:

RNP:

Registro: 0600659507-SP

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: Sistema Radio Digital FM Ltda.

Endereço: Alameda Maranhão

Complemento:

Cidade: Ilha Solteira

Contrato:

Valor: R\$ 2.000,00

Ação Institucional:

Celebrado em: 03/11/2015

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Bairro:

UF: SP

Vinculada à Art nº:

CPF/CNPJ: 03.898.363/0001-84

Nº: 304

CEP: 15385-000

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Alameda JAU

Complemento: APTO 141B

Cidade: São Paulo

Data de Início: 03/11/2015

Previsão de Término: 03/11/2015

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Nº: 1477

Bairro: JARDIM PAULISTA

UF: SP

CEP: 01420-002

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Consultoria

1

Laudo

Telecomunicação

Radio

Quantidade

Unidade

1,00000

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de Vistoria para fins de renovação de outorga na localidade de Ilha Solteira/SP, frequência 95,9 MHz, Canal 240, Classe B1

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

70 - SEAM - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - SEAM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

PAULO MASSASHICO TUKIAMA - CPF: 759.486.058-68

Sistema Radio Digital FM Ltda. - CPF/CNPJ: 03.898.363/0001-84

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 67,68

Registrada em: 04/11/2015

Valor Pago R\$ 67,68

Nosso Número: 92221220151449179

Versão do sistema

Impresso em: 05/11/2015 10:00:33

**Menu Principal** ▼**Sistemas
Interativos**SRD »» Relatórios »» **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM****UF:** SP**Município:** Ilha Solteira

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	Ilha Solteira	10/02/2006	10/02/2016

Usuário: - **Data:** 04/04/2016 **Hora:** 17:21:35**Registro 1 até 1 de 1 registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03898363000184

Presidente:

Endereço: Avenida Nove de Julho - Novo Jardim Stábile

E-mail:

Capital Social: 30.000,00

Reserva de Capital:

Total: 30.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	15.000	15.000,00
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	15.000	15.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	DIRETORA	
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	DIRETORA	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Heitor dos Santos Costa Pereira
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**

[internet](#) | [teia](#) | [menu ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.898.363/0001-84

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: anatel\heitor.mc - Heitor dos Santos Costa Pereira

Data: 04/04/2016

Hora: 17:21:58



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Heitor dos Santos Costa Pereira
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

[internet](#) [teia](#) [menu](#) [ajuda](#)



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 297.963.738-66

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: [anatel\heitor.mc](#) - Heitor dos Santos Costa Pereira

Data: 04/04/2016

Hora: 17:22:49



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Heitor dos Santos Costa Pereira
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

[internet](#) [teia](#) [menu](#) [ajuda](#)



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 303.369.478-01

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: [anatel\heitor.mc](#) - Heitor dos Santos Costa Pereira

Data: 04/04/2016

Hora: 17:23:01



BOA TARDE
Heitor dos Santos Costa Pereira
 Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 781.085.438-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	781.085.438-00	RADIO PAULISTA DE TUPA LTDA	53.016.192/0001-90	Sócio	67	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Tupã
		REAL - CAFELANDIA FM LTDA-ME	02.422.745/0001-74	Sócio	7000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Tanabi
		REAL - CAFELANDIA FM LTDA-ME	02.422.745/0001-74	Sócio	7000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santa Cruz do Rio Pardo
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	43.750.827/0001-25	Sócio	9750	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Araçatuba

Usuário: [anatel\heitor.mc](#) - Heitor dos Santos Costa Pereira

Data: 04/04/2016

Hora: 17:23:50



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:19:06 do dia 04/04/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/05/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.059798/2015-11		
Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		
Localidade: Ilha Solteira	UF: SP	Serviço: FM
Período(s): 10/02/2016 a 10/02/2026		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1 (0807743)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			2 (0807743)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			3 (0807743)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			4 a 13 (0807743)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			14 a 22 (0807743)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			(1055533) Acesso Restrito
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			25 (0807743)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			24 (0807743)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			25 (0807743)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			26 (0807743)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			27 (0807743)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			28 (0807743)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			29 (0807743)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			51 (0807743)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			52 a 56 (0807743)

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES			
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/ docs.	
		PRIMEIRA	SEGUNDA
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	30 (0807743)	PENDENTE
	JOSE CARLOS	39 a 47 (0807743)*	PENDENTE
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	31 (0807743)	PENDENTE
	JOSE CARLOS	38 (0807743)	PENDENTE
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	32 (0807743)	PENDENTE
	JOSE CARLOS	37 (0807743)	PENDENTE
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	32 (0807743)	PENDENTE
	JOSE CARLOS	37 (0807743)	PENDENTE
*Ação de improbidade administrativa.			
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	

21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARIERICA	33 (0807743)
	JOSE CARLOS	36 (0807743)
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	MARIERICA	PENDENTE
	JOSE CARLOS	PENDENTE
23- certidões de protestos de títulos ;	MARIERICA	34/35 (0807743)* PENDENTE
	JOSE CARLOS	48 a 50 (0807743) PENDENTE*
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor; *foram apresentadas certidões apenas do local de residência da sócia.		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE PARCIALMENTE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Heitor dos Santos Costa Pereira Cargo: Analista

DESPACHO

Processo n. 53900.059798/2015-11

Certifico e dou fê de que a regularização societária da Sistema Rádio Digital FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo, está sendo tratada nos autos do processo nº 53900.005764/2014-18



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Chefe de Serviço**, em 11/04/2016, às 10:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1057257** e o código CRC **6766F11E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 7773/2016/SEI-MC

Processo n.: 53900.059798/2015-11

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Rádio Digital FM Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 10/02/2016 a 10/02/2026.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento Sei n.º 1057252), restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE:

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

RELATIVOS AOS SÓCIOS/ DIRIGENTES:

3.2. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal e Eleitoral (**2ª instância**), de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados**);

3.3. certidões de protesto de título relativas à localidade de **Ilha Solteira/SP - PARA A SRA. MARIERICA VIEIRA RINALDINI**; e relativas à localidade de **Tupã/SP, Tanabi/SP, Santa Cruz do Rio Pardo/SP, Ilha Solteira/SP e Birigui/SP - PARA O SR. JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDEZ**. **Observativo: foram apresentadas declarações relativas apenas aos locais de residência dos sócios, quando faz-se necessária, também, daquelas relativas ao locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas.**

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Analista Tec Administrativo**, em 11/04/2016, às 10:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 11/04/2016, às 16:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1057259** e o código CRC **03138879**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 11313/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
Av. Nove de Julho, nº 2875, Novo Jardim Stabile
16.204-050 Birigui/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.059798/2015-11**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7773/2016/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, em 11/04/2016, às 16:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1057263** e o código CRC **0A5B805C**.

CERTIDÃO

Processo. 53900.059798/2015-11

1. Tendo em vista os laudos de vistoria técnica, apresentado às fls. 52 a 56 (evento Sei nº 0807743), pela Sistema Rádio Digital FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Subgrupo Técnico de Radiodifusão Comercial - STCOM, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Subgrupo Legal de Pós-Outorga - SLPOS informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, em 11/04/2016, às 16:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1057255** e o código CRC **9F7B7330**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Data de Envio:

12/04/2016 11:08:45

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

CONTAB@ESCRITORIOCONTAB.COM.BR
diretoria@nativafm102.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.059798/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1057263.html
Nota_Tecnica_1057259.html

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
ILHA SOLTEIRA - SP
COMARCA DE ILHA SOLTEIRA - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO DENILSON FLORES



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

ALAMEDA MINAS GERAIS, 64 - Fone: (018)3743-3530

ILHA SOLTEIRA - SP

TABELIÃO: DENILSON FLORES

Guilherme Alves de Souza
Substituto

CERTIDÃO NEGATIVA

O TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS da comarca de ILHA SOLTEIRA-SP, por este público instrumento, atendendo a requerimento de LILIAN SOUZA LUIZ DA CRUZ, portador(a) do RG 25988361 SSP/SP - CPF 117.393.468-58

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO, no período de 5 (Cinco) anos até 03/05/2016, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

MARIERICA RINALDI SABIONI

NBSJFSJDB SJOBMEJ TBCJPOJ

OCTKGTKEC TKPCNFK UCDKQPK

CPF - 297.963.738-66 RG: 30.800.341-X

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

ILHA SOLTEIRA, 04 de Maio de 2016

Guilherme Alves de Souza
Substituto
DENILSON FLORES
TABELIÃO

Certidão nº 2248-2016 Pedido nº 5607

Código de Segurança: 010000056070000022480040520161020033520442

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MINISTERIO PÚBLICO	IMPOSTO MUNICIPAL	TOTAL
R\$ 7,05	R\$ 2,00	R\$ 1,03	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,49	R\$ 0,34	R\$ 0,21	R\$ 11,56



Notário Internacional
e Notário Latino
Fundado em 1943

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.059798/2015-11		
Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		
Localidade: Ilha Solteira	UF: SP	Serviço: FM
Período(s): 10/02/2016 a 10/02/2026		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1 (0807743)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			2 (0807743)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			3 (0807743)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			2 (1127734)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			4 a 13 (0807743)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			14 a 22 (0807743)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			(1055533) Acesso Restrito
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			25 (0807743)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			24 (0807743)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			25 (0807743)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			26 (0807743)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			27 (0807743)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			28 (0807743)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			29 (0807743)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			51 (0807743)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		52 a 56 (0807743)
*pedir laudo de ensaio de transmissores;				

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES			
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/ docs.	
		PRIMEIRA	SEGUNDA
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	30 (0807743)	3 (1127734)
	JOSE CARLOS	39 a 47 (0807743)*	PENDENTE
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	31 (0807743)	4 (1127734)
	JOSE CARLOS	38 (0807743)	8 (1127734)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	32 (0807743)	5 (1127734)
	JOSE CARLOS	37 (0807743)	9/19 (1127734)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA	32 (0807743)	5 (1127734)
	JOSE CARLOS	37 (0807743)	9/19 (1127734)
*Ação de improbidade administrativa.			

DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARIERICA	33(0807743) 7(1127734)
	JOSE CARLOS	36 (0807743)
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	MARIERICA	6 (1127734)
	JOSE CARLOS	10 (1127734)
23- certidões de protestos de títulos ;	MARIERICA	34/35(0807743) 1(1327357)
	JOSE CARLOS	48 a 50 (0807743) 11 a 18 (1127734)
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor; *foram apresentadas certidões apenas do local de residência da sócia.		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE PARCIALMENTE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Heitor dos Santos Costa Pereira Cargo: Analista

NOTA TÉCNICA Nº 22344/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.059798/2015-11

Assunto: **EXIGÊNCIA**. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Rádio Digital FM Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 10/02/2016 a 10/02/2026.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Comunicação Eletrônica, nos termos da Nota Técnica n.º 7773/2016/SEI-MC (evento SEI n.º 1057259), concluiu pela expedição do Ofício n.º 11313/2016/SEI-MC (evento SEI n.º 1057263), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Entidade protocolou requerimento sob o nº 53900.030578/2016-89, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1327362), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

a) **laudo técnico de ensaio** (modelo disponível no sítio do Ministério das Comunicações), assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelo de ambos disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>); **obs.: em recente entendimento ficou definido que além do laudo de vistoria deverá ser apresentado, também, laudo técnico de ensaio.**

RELATIVOS AO SR. JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES:

a) **certidão de distribuição cível da esfera Estadual (2ª instância)(em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor).**

4. Registra-se que visando à celeridade e economia processual, os presentes autos foram instruídos com documentos apresentados no processo de nº 53900.005764/2014-18. Registra-se, ainda, que o Sr. José Carlos Sanches Fernandes responde a Ação Civil de Improbidade Administrativa (evento SEI nº 0807743, fl.40)

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 19/12/2016, às 18:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 19/12/2016, às 19:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1327401** e o código CRC **51C2E8EF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33321/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
Av. Nove de Julho, nº 2875, Novo Jardim Stabile
16.204-050 Birigui/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.059798/2015-11**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 22.344/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 19/12/2016, às 19:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1327476** e o código CRC **8040D93D**.

Data de Envio:

20/12/2016 16:30:19

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@mctic.gov.br>

Para:

diretoria@nativafm102.com.br
gisaataide@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Subgrupo de Documentação e Informação Comercial

Prezado(a),

Ref: 53900.059798/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_1327476.html
Nota_Tecnica_1327401.html



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:07:12 do dia 24/02/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/03/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Perfil das Empresas - SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03898363000184**Presidente:****Endereço:** Avenida Nove de Julho - Novo Jardim Stábile**E-mail:****Capital Social:** 30.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 30.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	15.000	15.000,00
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	15.000	15.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	DIRETORA	
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	DIRETORA	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar Imprimir Exportar Excel

BOA TARDE
Riclele MilaniSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.898.363/0001-84

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani

Data: 24/02/2017

Hora: 14:08:42

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº 53900.059798/2015-11 SEI-MCTIC		
Entidade: Sistem Rádio Digital Ltda- ME		
Localidade: ILHA SOLTEIRA	UF: SP	Serviço: FM
Período: 10/02/2016 a 10/02/2026		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			01 (0807743)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			02 (0807743)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			02 (1127734)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			03 (0807743)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			04-12 (0807743) (2011-2015)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			13-21 (0807743) (2011 – 2015)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			23 (0807743)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			25 (0807743)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			24 (0807743)
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			25 (0807743)

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			26 (0807743)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			27 (0807743)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			28 (0807743)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			29 (0807743)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			51 (0807743)
16- Laudo técnico e de ensaio ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			52-56 (0807743) Vistoria (1693920) ensaio

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X		X X			30 (0807743) 39 (positiva) Juntou inteiro teor 03 91127734) 16 (1693920)
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X		X X			31 38 (0807743) 4 8 (1127734)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X		X X			32 37 (0807743) 5 9 (1127734)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X		X X			32 37 (0807743) 5/6 (1127734)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X					33 36 (0807743)

22- certidão criminal da Justiça Eleitoral;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X					6 10 (1127734)
23- certidões de protestos de títulos;	MARIERICA RINALDINI JOSÉ CARLOS	X X					34/35 (0807743) 11-18 (1127734) 48-50 (0807743) 12-19 (1127734)
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.							

CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
1. Foram juntadas inteiro teor de todas positivas de José Carlos, fls 39(0807743)
Análise:
Reginalva Cândida de Faria

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo n.: 53900.059798/2015-11

Senhor Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas,

cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sistema Rádio Digital FM - Ltda - ME para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 22/03/2017, às 11:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1704776** e o código CRC **DDCED786**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.059798/2015-11

SEI nº 1704776

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº 53900.059798/2015-11

1. Tendo em vista os laudos de ensaio e de vistoria técnica, apresentados às fls. 52-56 (Evento SEI nº (0807743); e (Evento SEI nº (1693920), pela SISTEMA RÁDIO DIGITAL LTDA - ME), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Órgão Regional de Minas Gerais - REG -MG, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 22/03/2017, às 11:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1704804** e o código CRC **95DC0A6F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].
41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL Nº XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail:
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP
Latitude: -20.431	Longitude: -51.328

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689485280	Número Indicativo: ZYW657
Data Último Licenciamento: 17/09/2015	Número da Licença: 000007/2015-SP

Estação Principal	
Localização	
Latitude: -20.431	Longitude: -51.328

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo:
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.850

Linha de Transmissão Principal	
--------------------------------	--

Modelo: LCF 78-50			Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.		
Comprimento da Linha: 75.00	Atenuação dB100m: 1.16		Perdas Acessórias:	Impedância: 50.00	

Antena Principal					
Modelo: INV - 30 - 04			Fabricante: INOVATOR ANTENAS		
Ganho: 3.22	Beam-Tilt: .00	Orientação NV: 60	Polarização: Vertical	HCI: 65	ERP Máximo: 2.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	10°: 1.21	20°: 0.84	30°: 0.54	40°: 0.28	50°: 0.08	60°: 0	70°: 0.08	80°: 0.27	90°: 0.54	100°: 0.87	110°: 1.28
120°: 1.72	130°: 2.2	140°: 2.71	150°: 3.22	160°: 3.75	170°: 4.28	180°: 4.73	190°: 5.06	200°: 5.3	210°: 5.52	220°: 5.74	230°: 5.94
240°: 6.02	250°: 5.95	260°: 5.76	270°: 5.52	280°: 5.21	290°: 4.84	300°: 4.44	310°: 4.02	320°: 3.56	330°: 3.1	340°: 2.6	350°: 2.09

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo:
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .100

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação:

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha:	Atenuação dB100m:	Perdas Acessórias:	Impedância:

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho:	Beam-Tilt:	Orientação NV:	Polarização:	HCI:	ERP Máximo: 2.53 kW

Endereço do Transmissor			
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9		Complemento:	
Bairro: -		Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000	

Endereço do Estúdio Principal			
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO		Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE		Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características	Técnico

	Técnicas da Estação	
Horário de funcionamento		

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53900.059798/2015-11**

Interessado(a): **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COROR1704776, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 28/03/2017, às 17:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1768616** e o código CRC **E5E268FC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Histórico do Documento

ID do Documento Original 57dbac484b4b3

Alterar Orientação

Campo	(Atual)
Usuário	(Atual)
Modificado em	(Atual)
Evento	(Atual)
_id do Evento	(Atual)
_id	57dbac484b4b3
srd_planobasico._id	030503b61d0d7
srd_planobasico.IdtPlanoBasico	35082
srd_planobasico.NumServico	230
srd_planobasico.SiglaUF	SP
srd_planobasico.CodMunicipio	3520442
srd_planobasico.IdtCanalizacao	3242
srd_planobasico.IndEducativo	0
srd_planobasico.IdtHabilitacao	421046
srd_planobasico.MedLatitude	20S255100
srd_planobasico.MedLongitude	51W194100
srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-20.430833333333333
srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-51.328055555555500
srd_planobasico.IndCoordPrefixada	0
srd_planobasico.IndFase	2
srd_planobasico.DescHistorico	DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU. DE 16/06/2009.
srd_planobasico.NomeInteressada	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
srd_planobasico.IndAtivo	1
srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-13 13:56:18.530
srd_planobasico.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
srd_planobasico.DataAlteracao	2009-06-16 11:25:15.260
srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\franciscoI
srd_planobasico.IdtCanalizacaoAnterior	3217
srd_planobasico.CodUsuarioAlteracaoCanal	ANATEL\franciscoI
srd_planobasico.DataAlteracaoCanal	2009-06-16 10:13:58.277



srd_planobasico.IndCarater	P
srd_planobasico.NomeMunicipio	Ilha Solteira
srd_planobasico.MedErpMax	3
canalizacao._id	030503b61de71
canalizacao.tname	canalizacao
canalizacao.IdtCanalizacao	3242
canalizacao.IdtAtribuicaoFrequencia	1039
canalizacao.NumServico	230
canalizacao.IdtUnidadeInicial	2
canalizacao.MedFrequenciaInicial	95,9
canalizacao.MedFrequenciaInicialKHz	95900.00000000
canalizacao.IdtUnidadeFinal	2
canalizacao.MedFrequenciaFinal	95,9
canalizacao.MedFrequenciaFinalKHz	95900.00000000
canalizacao.IndBloqueio	N
canalizacao.IndCentralizada	S
canalizacao.IndCaraterSecundario	N
canalizacao.CodTipoCanalizacao	F
canalizacao.NumCanal	240
canalizacao.MedPortadoraAudio	95.90000000
canalizacao.IndSubFaixaExtensao	N
canalizacao.DataInclusao	2003-03-15 21:35:27.280
canalizacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\andrex
srd_planobasicofm._id	030503bc396f3
srd_planobasicofm.tname	srd_planobasicofm
srd_planobasicofm.IdtPlanoBasico	35082
srd_planobasicofm.IndLimitacao	0
srd_planobasicofm.CodClasse	B1
srd_planobasicofm.MedErpMax	3
municipio._id	030503bbd95f5
municipio.tname	municipio
municipio.IdtMunicipio	3499
municipio.CodMunicipio	3520442
municipio.CodUF	35
municipio.SiglaUF	SP
municipio.CodMeso	03
municipio.CodMicro	016
municipio.NomeMunicipio	Ilha Solteira



municipio.NomeMunicipioFonema	IUA SUTIRA
municipio.NomeCategoria	Cidade
municipio.MedLatitude	20255736
municipio.SiglaHemisferio	S
municipio.MedLatitudeDecimal	-20.4326000000000000
municipio.MedLongitude	51203335
municipio.SiglaMeridiano	W
municipio.MedLongitudeDecimal	-51.3426000000000000
municipio.MedAltitude	0
municipio.MedArea	659.379000000000013
municipio.MedRaio	51.0
municipio.IndFronteira	0
municipio.DataInstalacao	2004-11-19 19:13:53.950
municipio.IndInativo	N
municipio.DataAnoMesPopulacao	201512
municipio.QtdePopulacao	26344
municipio.QtdePopulacaoUrbana	24852
municipio.NumCodigoNacional	18
municipio.CodCepMenor	15385000
municipio.CodCepMaior	15385000
municipio.DataInclusao	2003-01-28 00:00:00.000
municipio.CodUsuarioInclusao	ANATEL/Morais
municipio.DataAlteracao	2007-01-02 21:21:53.220
municipio.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\08596307818 (morais)
habilitacao._id	030503b75b59b
habilitacao.tname	habilitacao
habilitacao.IdtHabilitacao	421046
habilitacao.IdtEntidade	432778
habilitacao.NumServico	230
habilitacao.NumFistel	50401786544
habilitacao.IdtServicoInteresse	1
habilitacao.NumProcesso	535000191882007
habilitacao.IndPreHabilitacao	0
habilitacao.IndGoverno	0
habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
habilitacao.EndEletronico	bandfm@bandfmilha.com.br
habilitacao.NumProcessoMC_SRD	538300005672000
habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000714322006



habilitacao.NumScradTec	13281
habilitacao.DataInclusao	2004-12-13 11:30:42,530
habilitacao.CodUsuarioInclusao	06751830149
habilitacao.DataAlteracao	2015-09-17 09:21:40.800
habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\29592409870 (dhmmarques)
habilitacao.DataContrato	2006-02-10 00:00:00.000
habilitacao.DataValFreq	2016-02-10
estacao._id	030503b65c6e0
estacao.tname	estacao
estacao.IdtEstacao	1410146
estacao.IdtPlanoBasico	35082
estacao.NumServico	230
estacao.CodTipoEstacao	1
estacao.NomeIndicativo	ZYW657
estacao.NumSequenciaIndicativo	000
estacao.NumEstacao	689485280
estacao.SiglaUf	SP
estacao.MedLatitude	20S255100
estacao.MedLatitudeDecimal	-20.430833333333333
estacao.MedLongitude	51W194100
estacao.MedLongitudeDecimal	-51.328055555555500
estacao.IndValidadeEspecial	N
estacao.DataValidade	2016-02-10 00:00:00.000
estacao.IndValidadeIndeterminada	N
estacao.NumLicenca	000007/2015-SP
estacao.DataEmissaoLicenca	2015-09-17 09:21:40.850
estacao.CodUsuarioEmissaoLicenca	ANATEL\dhmmarques
estacao.DataPrimeiroLicenciamento	2015-09-17 09:21:40.850
estacao.DataLicenciamento	2015-09-17 09:21:40.850
estacao.CodUsuarioLicenciamento	ANATEL\dhmmarques
estacao.DataReemissaoLicenca	2015-10-26 13:10:13.117
estacao.CodUsuarioReemissaoLicenca	ANATEL\29592409870 (dhmmarques)
estacao.NumNossoNumeroTributo	504017865440004
estacao.MedCotaBaseTorre	380,00
estacao.IndStatusEstacao	L
estacao.DataInclusao	2007-08-02 10:57:29.190
estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)



estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\29592409870 (dhmmarques)
estacao.IndEstacaoOceanica	N
antena.principal._id	030503ba038d9
antena.principal.tname	antena_rd
antena.principal.IdtEstacao	1410146
antena.principal.IndTipoAntena	P
antena.principal.IdtFabricanteAntena	122
antena.principal.DesModelo	INV - 30 - 04
antena.principal.DesDescricao	DIRETIVA
antena.principal.MedGMaxdBd	3.22
antena.principal.MedHCI	65
antena.principal.IndPolariz	Vertical
antena.principal.MedOrientNV	60
antena.principal.MedBeamTilt	.00
antena.principal.MedNullFill	0
antena.principal.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.907
antena.principal.CodUsuarioInclusao	anatel\aridmar
antena.principal.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.387
antena.principal.CodUsuarioAlteracao	anatel\rizza.mc
antena.principal.idtAntena	4872
antena.principal.NomeFabricanteAntena	INOVATOR ANTENAS
equipamento.transmissor._id	030503bab5bdf
equipamento.transmissor.tname	equipamento
equipamento.transmissor.IdtEquipamento	2614697
equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
equipamento.transmissor.IdtEstacao	1410146
equipamento.transmissor.CodEquipamento	002850402252
equipamento.transmissor.CodProduto	8174
equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	1.850
equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissor.DataInclusao	2007-08-02 10:57:34.470
equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
equipamento.transmissor.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.417
equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
equipamento.transmissor.fabricante	Marcelo Amorim de Godoy -EPP
equipamento.transmissor.Model	FM 3000
equipamento.transmissor.ux._id	030503bab5be0
equipamento.transmissor.ux.tname	equipamento



equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	1410146
equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	006350300345
equipamento.transmissoraux.CodProduto	4636
equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	.100
equipamento.transmissoraux.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissoraux.DataInclusao	2010-01-12 10:45:36.560
equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
equipamento.transmissoraux.fabricante	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.
equipamento.transmissoraux.Model	TEC106
linhatransmissao.principal._id	030503ba0ba2f
linhatransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
linhatransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	32993
linhatransmissao.principal.IdtEstacao	1410146
linhatransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
linhatransmissao.principal.MedComprimento	75.00
linhatransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	527
linhatransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	LCF 78-50
linhatransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
linhatransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissao dB100m	1.16
linhatransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.
linhatransmissao.principal.PerdasAcessorias_db	0.5
hpat.0	1.6196180045197
hpat.10	1.2093595382881
hpat.20	0.84324539882587
hpat.30	0.53761812170842
hpat.40	0.27826394167145
hpat.50	0.079396623979233
hpat.60	0
hpat.70	0.075558884684871
hpat.80	0.27058846308272
hpat.90	0.53761812170842
hpat.100	0.87316829989646
hpat.110	1.2807185583123
hpat.120	1.7232369654675
hpat.130	2.1996787200077
hpat.140	2.7110886232872
hpat.150	3.2235691478796



hpat.170	4.2837354734915
hpat.180	4.7335369221073
hpat.190	5.0585251885494
hpat.200	5.302696430145
hpat.210	5.5161514727161
hpat.220	5.7428458407058
hpat.230	5.9388240096711
hpat.240	6.0223202321055
hpat.250	5.9498077848482
hpat.260	5.7648133910599
hpat.270	5.5161514727161
hpat.280	5.2084592061302
hpat.290	4.8370994149888
hpat.300	4.4369749923271
hpat.310	4.0153631608599
hpat.320	3.5649866978725
hpat.330	3.0989168282556
hpat.340	2.6015647158401
hpat.350	2.0885191967952
endereco.estacao._id	030503bdf30b1
endereco.estacao.tname	ENDERECO
endereco.estacao.IdtEndereco	1786872
endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4
endereco.estacao.IdtEstacao	1410146
endereco.estacao.EndLogradouro	RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9
endereco.estacao.EndNumero	S/N
endereco.estacao.EndBairro	-
endereco.estacao.CodPais	B
endereco.estacao.SiglaUF	SP
endereco.estacao.CodCep	15385000
endereco.estacao.CodMunicipio	3520442
endereco.estacao.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.157
endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
endereco.estacao.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.357
endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
endereco.estacaoprincipal._id	030503bdf30b2
endereco.estacaoprincipal.tname	ENDERECO
endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	1786873



endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	1410146
endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	ALAMEDA MARANHÃO
endereco.estacaoprincipal.EndNumero	304
endereco.estacaoprincipal.EndBairro	ZONA NORTE
endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	SP
endereco.estacaoprincipal.CodCep	15385000
endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	3520442
endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.890
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.387
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
docOutorga.0.NumProcesso	9999
docOutorga.0.NumDocumento	1934
docOutorga.0.IdtTipoDocumento	11
docOutorga.0.CodOrgao	MC
docOutorga.0.DataDocumento	2002-10-01 00:00:00.000
docOutorga.0.DataDOU	2002-10-08 00:00:00.000
docOutorga.0.IdtRazao	13
docOutorga.0.IndNatureza	1
docAprovacaoLocais.0.NumProcesso	9999
docAprovacaoLocais.0.NumDocumento	427
docAprovacaoLocais.0.IdtTipoDocumento	11
docAprovacaoLocais.0.CodOrgao	MC
docAprovacaoLocais.0.DataDocumento	2007-06-15 00:00:00.000
docAprovacaoLocais.0.DataDOU	2007-07-27 00:00:00.000
docAprovacaoLocais.0.IdtRazao	10
docAprovacaoLocais.0.IndNatureza	Técnico
documento.0._id	030503ba10edb
documento.0.tname	HistoricoDocumento
documento.0.IdtHistoricoDocumento	38119
documento.0.IdtPlanoBasico	35082
documento.0.IdtRazao	7
documento.0.NumDocumento	1008
documento.0.DataDocumento	2004-11-17 00:00:00.000
documento.0.DataDOU	2004-11-18 00:00:00.000
documento.0.IdtTipoDocumento	3
documento.0.SiglaOrgao	CN



documento.0.DataInclusao	2004-12-13 11:30:43.047
documento.0.CodUsuarioInclusao	06751830149
documento.0.DataAlteracao	2010-01-12 10:49:44.127
documento.0.CodUsuarioAlteracao	anatel\rizza.mc
documento.0.NumProcesso	9999
documento.0.CodOrgao	CN
documento.1._id	030503ba14522
documento.1.tname	HistoricoDocumento
documento.1.IdtHistoricoDocumento	52419
documento.1.IdtPlanoBasico	35082
documento.1.IdtRazao	18
documento.1.NumDocumento	66341
documento.1.DataDocumento	2007-08-07 00:00:00.000
documento.1.DataDOU	2007-08-08 00:00:00.000
documento.1.IdtTipoDocumento	1
documento.1.SiglaOrgao	CMPRL
documento.1.IndNatureza	Técnico
documento.1.DataInclusao	2007-08-07 10:41:18.877
documento.1.CodUsuarioInclusao	ANATEL\LUIZPAULO
documento.1.DataAlteracao	2010-01-12 10:49:44.173
documento.1.CodUsuarioAlteracao	anatel\rizza.mc
documento.1.NumProcesso	9999
documento.1.CodOrgao	CMPRL
documento.2._id	030503ba18258
documento.2.tname	HistoricoDocumento
documento.2.IdtHistoricoDocumento	68385
documento.2.IdtPlanoBasico	35082
documento.2.IdtRazao	21
documento.2.NumDocumento	629
documento.2.DataDocumento	2009-12-07 00:00:00.000
documento.2.DataDOU	2009-12-23 00:00:00.000
documento.2.IdtTipoDocumento	11
documento.2.SiglaOrgao	MC
documento.2.IndNatureza	Técnico
documento.2.DataInclusao	2010-01-12 10:49:44.203
documento.2.CodUsuarioInclusao	anatel\rizza.mc
documento.2.NumProcesso	9999
documento.2.CodOrgao	MC



Status.dateTime	2016-09-16 09:00:12
Status.user	Sistema
IdtPlanoBasico	35082
IdtEstacao	1410146
NumServico	230
SiglaServico	FM
SiglaUF	SP
locpb.type	Point
locpb.coordinates.0	-51.328055555556
locpb.coordinates.1	-20.430833333333
source	PB+
stnClass	B1
frequency	95.9
NomeMunicipio	Ilha Solteira
loctx.type	Point
loctx.coordinates.0	-51.328055555556
loctx.coordinates.1	-20.430833333333
licensee	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
NumFistel	50401786544
htx	90
erp	2.525
cnpj	03898363000184
sitarwebStatus	L
sitarwebLicença	
sitarwebStatusIndice	
type	FM
licenca.license_id	57dbb317a0538
licenca.loctx.coordinates.1	-20.430833333333
licenca.loctx.coordinates.0	-51.328055555556
licenca.cnpj	03898363000184
licenca.habilitacao._id	030503b75b59b
licenca.habilitacao.tname	habilitacao
licenca.habilitacao.IdtHabilitacao	421046
licenca.habilitacao.IdtEntidade	432778
licenca.habilitacao.NumServico	230
licenca.habilitacao.NumFistel	50401786544
licenca.habilitacao.IdtServicoInteresse	1
licenca.habilitacao.NumProcesso	5350000191882007



licenca.habilitacao.IndGoverno	0
licenca.habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
licenca.habilitacao.EndEletronico	bandfm@bandfmilha.com.br
licenca.habilitacao.NumProcessoMC_SRD	538300005672000
licenca.habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000714322006
licenca.habilitacao.NumScradJur	13282
licenca.habilitacao.NumScradTec	13281
licenca.habilitacao.DataInclusao	2004-12-13 11:30:42.530
licenca.habilitacao.CodUsuarioInclusao	06751830149
licenca.habilitacao.DataAlteracao	2015-09-17 09:21:40.800
licenca.habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\29592409870 (dhmmarques)
licenca.habilitacao.DataContrato	2006-02-10 00:00:00.000
licenca.habilitacao.DataValFreq	2016-02-10
licenca.entidade.NomeEntidade	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
licenca.entidade.NomeFantasia	
licenca.estacao.NumEstacao	689485280
licenca.estacao.NomeIndicativo	ZYW657
licenca.estacao.DataLicenciamento	2015-09-17 09:21:40.850
licenca.estacao.DataEmissaoLicenca	2015-09-17 09:21:40.850
licenca.processo.licenciamento	
licenca.endereco.estacao._id	030503bdf30b1
licenca.endereco.estacao.tname	ENDereco
licenca.endereco.estacao.IdtEndereco	1786872
licenca.endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4
licenca.endereco.estacao.IdtEstacao	1410146
licenca.endereco.estacao.EndLogradouro	RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9
licenca.endereco.estacao.EndNumero	S/N
licenca.endereco.estacao.EndBairro	-
licenca.endereco.estacao.CodPais	B
licenca.endereco.estacao.SiglaUF	SP
licenca.endereco.estacao.CodCep	15385000
licenca.endereco.estacao.CodMunicipio	3520442
licenca.endereco.estacao.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.157
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
licenca.endereco.estacao.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.357
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)



licenca.endereco.estacaoprincipal.tname	
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	1786873
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	1410146
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	ALAMEDA MARANHÃO
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndNumero	304
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndBairro	ZONA NORTE
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
licenca.endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	SP
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodCep	15385000
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	3520442
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.890
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.387
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
licenca.equipamento.transmissor._id	030503bab5bdf
licenca.equipamento.transmissor.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissor.IdtEquipamento	2614697
licenca.equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
licenca.equipamento.transmissor.IdtEstacao	1410146
licenca.equipamento.transmissor.CodEquipamento	002850402252
licenca.equipamento.transmissor.CodProduto	8174
licenca.equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	1.850
licenca.equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
licenca.equipamento.transmissor.DataInclusao	2007-08-02 10:57:34.470
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\18791557291 (aridmar)
licenca.equipamento.transmissor.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.417
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\72371692115 (rizza.mc)
licenca.equipamento.transmissor.fabricante	Marcelo Amorim de Godoy -EPP
licenca.equipamento.transmissor.Model	FM 3000
licenca.equipamento.transmissoraux._id	030503bab5be0
licenca.equipamento.transmissoraux.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEquipamento	4478438
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	1410146
licenca.equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	006350300345
licenca.equipamento.transmissoraux.CodProduto	4636
licenca.equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	.100



licenca.equipamento.transmissoraux.DataInclusao	2010-01-12 10:45:36.560
licenca.equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\72371692115 (rizza,mc)
licenca.equipamento.transmissoraux.fabricante	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.
licenca.equipamento.transmissoraux.Model	TEC106
licenca.linhaTransmissao.principal._id	030503ba0ba2f
licenca.linhaTransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	32993
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtEstacao	1410146
licenca.linhaTransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
licenca.linhaTransmissao.principal.MedComprimento	75.00
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	527
licenca.linhaTransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	LCF 78-50
licenca.linhaTransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
licenca.linhaTransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissao dB100m	1.16
licenca.linhaTransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.
licenca.antena.principal._id	030503ba038d9
licenca.antena.principal.tname	antena_rd
licenca.antena.principal.IdtEstacao	1410146
licenca.antena.principal.IndTipoAntena	P
licenca.antena.principal.IdtFabricanteAntena	122
licenca.antena.principal.DesModelo	INV - 30 - 04
licenca.antena.principal.DesDescricao	DIRETIVA
licenca.antena.principal.MedGMaxdBd	3.22
licenca.antena.principal.MedHCI	65
licenca.antena.principal.IndPolariz	Vertical
licenca.antena.principal.MedOrientNV	60
licenca.antena.principal.MedBeamTilt	.00
licenca.antena.principal.MedNullFill	0
licenca.antena.principal.DataInclusao	2007-08-02 10:57:33.907
licenca.antena.principal.CodUsuarioInclusao	anatel\aridmar
licenca.antena.principal.DataAlteracao	2010-01-12 10:45:36.387
licenca.antena.principal.CodUsuarioAlteracao	anatel\rizza,mc
licenca.antena.principal.idtAntena	4872
licenca.antena.principal.NomeFabricanteAntena	INOVATOR ANTENAS
licenca.erp	
licenca.NumServico	230
licenca.srd_planobasico._id	030503b61d0d7
licenca.srd_planobasico.IdtPlanoBasico	35082



licenca.srd_planobasico.SiglaUF	SP
licenca.srd_planobasico.CodMunicipio	3520442
licenca.srd_planobasico.IdtCanalizacao	3242
licenca.srd_planobasico.IndEducativo	0
licenca.srd_planobasico.IdtHabilitacao	421046
licenca.srd_planobasico.MedLatitude	20S255100
licenca.srd_planobasico.MedLongitude	51W194100
licenca.srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-20.430833333333333
licenca.srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-51.328055555555500
licenca.srd_planobasico.IndCoordPrefixada	0
licenca.srd_planobasico.IndFase	1
licenca.srd_planobasico.DescHistorico	DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU, DE 16/06/2009.
licenca.srd_planobasico.NomeInteressada	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
licenca.srd_planobasico.IndAtivo	1
licenca.srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-13 13:56:18.530
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
licenca.srd_planobasico.DataAlteracao	2009-06-16 11:25:15.260
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\francisco1
licenca.srd_planobasico.IdtCanalizacaoAnterior	3217
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioAlteracaoCanal	ANATEL\francisco1
licenca.srd_planobasico.DataAlteracaoCanal	2009-06-16 10:13:58.277
licenca.srd_planobasico.tpDesignacao	0
licenca.srd_planobasico.IndCarater	P
licenca.srd_planobasico.NomeMunicipio	Ilha Solteira
licenca.srd_planobasico.MedErpMax	3
licenca.frequency	95.9
licenca.stnClass	B1
licenca.tower_base_quota	380.00
tower_base_quota	380.00
solicitacao.atorf	590d1c822d914

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail:
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHAO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP
Latitude: -20.43083	Longitude: -51.32806

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689485280	Número Indicativo: ZYW657

Data Último Licenciamento: 17/09/2015

Número da Licença: 000007/2015-SP

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -20.431	Longitude: -51.328	Cota da base: 380.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.850

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 78-50	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.		
Comprimento da Linha: 75.00	Atenuação dB100m: 1.16	Perdas Acessórias: 0.5	Impedância: 50.00

Antena Principal					
Modelo: INV - 30 - 04	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22	Beam-Tilt: .00	Orientação NV: 60	Polarização: Vertical	HCI: 65	ERP Máximo: 2.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	10°: 1.21	20°: 0.84	30°: 0.54	40°: 0.28	50°: 0.08	60°: 0	70°: 0.08	80°: 0.27	90°: 0.54	100°: 0.87	110°: 1.28
120°: 1.72	130°: 2.2	140°: 2.71	150°: 3.22	160°: 3.75	170°: 4.28	180°: 4.73	190°: 5.06	200°: 5.3	210°: 5.52	220°: 5.74	230°: 5.94
240°: 6.02	250°: 5.95	260°: 5.76	270°: 5.52	280°: 5.21	290°: 4.84	300°: 4.44	310°: 4.02	320°: 3.56	330°: 3.1	340°: 2.6	350°: 2.09

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC106
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .100

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação:

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha:	Atenuação dB100m:	Perdas Acessórias:	Impedância:

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho:	Beam-Tilt:	Orientação NV:	Polarização:	HCI:	ERP Máximo: 2.53 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características	Técnico

	Técnicas da Estação	
Horário de funcionamento		



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:25:19 do dia 08/06/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/07/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

/

Data da Emissão:

08/06/2017 15:28:09

Tela Inicial

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03898363000184**Presidente:****Endereço:** Avenida Nove de Julho - Novo Jardim Stábile**E-mail:****Capital Social:** 30.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 30.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	15.000	15.000,00
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	15.000	15.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
297.963.738-66	MARIERICA VIEIRA RINALDINI	DIRETORA	
303.369.478-01	JULIENNE SACCAON HERNANDES	DIRETORA	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53900.059798/2015-11		
Canal: 240	Frequência: 95,9 MHz	CNPJ: 03.898.363/0001-84
Localidade: ILHA SOLTEIRA		UF: SP
Entidade: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA - ME		

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S	S
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	S
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	S
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	S
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000\text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	S	S
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S	S
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S*	S*
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	S
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	N	N
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	N
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N	N
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S	S

3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	N	N
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	S
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	S
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	S
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	S
4.5) Medições:	-	-
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ($\pm 2000\text{ Hz}$); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2000\text{ Hz}$).	S	S
4.5.2) ¹ Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	S	S
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	S	S
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ($\geq 54\text{ dB}$).	S	S
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ($\geq 50\text{ dB}$).	S	S
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ($120\text{ a }240\text{ kHz} \geq 25\text{ dB}$ / $240\text{ a }600\text{ kHz} \geq 35\text{ dB}$ / $>600\text{ kHz} \geq [73+P(\text{dBk})]\text{ dB}$ / <i>Max 80 dB</i>).	S	S
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, <i>excepcionalmente</i> , $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	S
4.6) Informações específicas para estereofonia:	-	-
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	S
4.6.2) Medições:		
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2\text{ Hz}$).	S	S
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq \text{Limite} \leq 10\%$).	S	S
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ($\geq 29,7\text{ dB}$).	S	S
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ($\geq 40\text{ dB}$).	S	S
4.7) Informações específicas para canais secundários:	-	-
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	NA
4.7.2) Medições:		
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (<i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i>).	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (<i>Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$</i>).	NA	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:	-	-
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	S
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	S	S
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	S

4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	S	S
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	S
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaio o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	S
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:
(¹) Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991. * Antena Laudo de vistoria HCI = 67m e azimute = 90°. Descrição do Sistema = 65 m Azimute = 60°.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 09/06/2017, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1943584** e o código CRC **B9F3DFA6**.

NOTA TÉCNICA Nº 12669/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.059798/2015-11.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA - ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 240 (duzentos e quarenta), classe B1, na localidade de ILHA SOLTEIRA-SP, referente ao período 10/02/2016 a 10/02/2026. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 1 a 15.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
<p>– A entidade apresentou o Laudo de Vistoria Técnica da Estação nos termos da última autorização do poder concedente e nem laudo de vistoria realizado pela ANATEL. - Os valores apresentados no Laudo de Vistoria encontram-se diferentes dos cadastrados no sistema: Antena Laudo de vistoria Hci = 67 m e azimuth = 90º m. Descrição do Sistema = 65 m Azimute = 60º.</p> <p>Obs.: (O formulário do Laudo de Vistoria Técnica para renovação de outorga encontra-se disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: (http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga)).</p>	<p>– Laudo de Vistoria Técnica da Estação para efeito de Renovação de Outorga, padronizado, devidamente preenchido, assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente.</p>

Observação	Exigência
– A entidade não apresentou as declarações referentes ao Laudo de Vistoria Técnica da Estação.	– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.
– A entidade não apresentou a ART referente ao laudo de vistoria técnica da estação. – A ART deve estar assinada pelo responsável legal da entidade e pelo responsável técnico pelo laudo de vistoria da estação, e deve estar acompanhada do comprovante de quitação.	– Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98. – Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente ao Laudo de Vistoria Técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.10 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 09/06/2017, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais**, em 09/06/2017, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1943862** e o código CRC **D1769A02**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Regional Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte — MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 24927/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
Av. Nove de Julho, nº 2875, Novo Jardim Stabile
16.204-050 Birigui/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53900.059798/2015-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de ILHA SOLTEIRA-SP, com utilização do/a canal 240 (duzentos e quarenta), para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 12669/2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais**, em 09/06/2017, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1943868** e o código CRC **3BDE717C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24927/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.059798/2015-11
- Nº SEI: 1943868

Data de Envio:

09/06/2017 15:49:14

De:

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

Para:

contab@escritoriocontab.com.br

diretoria@nativafm102.com.br

gisaataide@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53900.059798/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Regional Minas Gerais

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

Anexos:

Oficio_1943868.html

Nota_Tecnica_1943862.html



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:48:38 do dia 27/07/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/08/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53900.059798/2015-11		
Canal: 240	Frequência: 95,9 MHz	CNPJ: 03.898.363/0001-84
Localidade: ILHA SOLTEIRA		UF: SP
Entidade: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA - ME		

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S	S
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	S
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	S
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	S
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ($\pm 2000\text{ Hz}$); g) Homologação/Certificação.	S	S
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S	S
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S	S
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	S
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	N
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N	N
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S	S

3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	S
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	S
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	S
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	S
4.5) Medições:	-	-
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ($\pm 2000\text{ Hz}$); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2000\text{ Hz}$).	S	S
4.5.2) ¹ Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	S	S
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	S	S
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ($\geq 54\text{ dB}$).	S	S
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ($\geq 50\text{ dB}$).	S	S
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ($120\text{ a }240\text{ kHz} \geq 25\text{ dB}$ / $240\text{ a }600\text{ kHz} \geq 35\text{ dB}$ / $>600\text{ kHz} \geq [73+P(\text{dBk})]\text{ dB}$ / <i>Max 80 dB</i>).	S	S
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, <i>excepcionalmente</i> , $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	S
4.6) Informações específicas para estereofonia:	-	-
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	S
4.6.2) Medições:		
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2\text{ Hz}$).	S	S
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq \text{Limite} \leq 10\%$).	S	S
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ($\geq 29,7\text{ dB}$).	S	S
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ($\geq 40\text{ dB}$).	S	S
4.7) Informações específicas para canais secundários:	-	-
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	NA
4.7.2) Medições:		
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (<i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i>).	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (<i>Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$</i>).	NA	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:	-	-
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	S
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	S	S
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	S

4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	S	S
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	S
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	S
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:

⁽¹⁾ Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 01/08/2017, às 14:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2078591** e o código CRC **ACF0FA38**.

NOTA TÉCNICA Nº 17110/2017/SEL-MCTIC

Processo n.º: 53900.059798/2015-11.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA - ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 240 (duzentos e quarenta), classe B1, na localidade de ILHA SOLTEIRA-SP, referente ao período 10/02/2016 a 10/02/2026. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às fls. 1 a 15, 1693920 e às fls. 1a 8, 2023275 .

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória [...]**.

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, às fls. 1 a 15 e às fls. 1a 8, composta de Laudo de Vistoria da Estação e Laudo de Ensaio dos transmissores principal e auxiliar, verifica-se através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a permissionária na época dos laudos de vistoria da estação e de ensaio dos transmissores estava executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio dos transmissores principal e auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando **apta tecnicamente** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 27/07/2017, às 15:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n.º 89/2014 e MCTIC n.º 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 01/08/2017, às 14:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2079003** e o código CRC **E1DF9C68**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.059798/2015-11

SEI nº 2079003

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.898.363/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/06/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO	NÚMERO 2875	COMPLEMENTO	
CEP 16.204-050	BAIRRO/DISTRITO NOVO JARDIM STABILE	MUNICÍPIO BIRIGUI	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB@ESCRITORIOCONTAB.COM.BR		TELEFONE (18) 3643-3290 / (18) 3642-5055	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **18/09/2017** às **17:57:14** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: Ilha Solteira

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA

Ilha Solteira

10/02/2006

10/02/2016

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 11/12/2017

Hora: 09:49:22

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

**BOM DIA**
Claudia Franco Vieira Almeida**Sistemas**
Interativos **Menu Principal** ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
274	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	SP	Birigui	FM	3	N	
240	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	SP	Ilha Solteira	FM	3	M	

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **11/12/2017****Hora:** **09:51:50****Registro** **1** **até** **2** **de** **2** **registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida
 Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Ilha Solteira
Frequência: 95,9 MHz
Classe: B1
Canal: 240

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
Nome Fantasia: BAND FM
Nº Estação: 689485280
Primeiro Licenciamento: 17/09/2015 09:21:41

Fistel: 50401786544
CNPJ: 03.898.363/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 17/09/2015 09:21:41

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

+ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/10/2002	Outorga ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	27/07/2007	Aprovação de Local ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial

Imprimir



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:02 do dia 11/12/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/01/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.898.363/0001-84

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 11/12/2017

Hora: 09:52:00

**BOM DIA**
Claudia Franco Vieira AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 303.369.478-01

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 11/12/2017**Hora:** 10:01:59

**BOM DIA**
Claudia Franco Vieira AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 297.963.738-66

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 11/12/2017**Hora:** 10:02:10

**BOM DIA**
Claudia Franco Vieira Almeida**Sistemas**
Interativos **Menu Principal** ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 781.085.438-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	<u>781.085.438-00</u>	RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	<u>43.750.827/0001-25</u>	Sócio	9750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		RADIO PAULISTA DE TUPA LTDA	<u>53.016.192/0001-90</u>	Sócio	67	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Tupã
		REAL - CAFELANDIA FM LTDA-ME	<u>02.422.745/0001-74</u>	Sócio	7000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Tanabi
		REAL - CAFELANDIA FM LTDA-ME	<u>02.422.745/0001-74</u>	Sócio	7000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santa Cruz do Rio Pardo
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	<u>43.750.827/0001-25</u>	Sócio	9750	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Araçatuba

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 11/12/2017**Hora:** 10:27:57

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.059798/2015-11		
Entidade: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA		
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: Ilha Solteira	UF: SP
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2016-2026	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	1 (0807743) 46 (2429889)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2479846

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2-34 (2429889)
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	35/36 (2429889)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	37-45 (2429889)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;		29
D A D E	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2227399

	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	25
			26
			27
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2227399
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	25
			24
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	29
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	52-56
OBS: Quadro divergente			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	11/12/2017

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

CERTIDÃO

Processo nº 53900.059798/2015-11

Certifico e dou fê de que a regularização da composição societária/diretiva da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 53900.005764/2014-18. Uma vez que a instrução do presente feito está concluída, deverá o processo em epígrafe ficar sobrestado aguardando a referida regularização.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 11/12/2017, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2480342** e o código CRC **57F87371**.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.898.363/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/06/2000
NOME EMPRESARIAL SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO	NÚMERO 2875	COMPLEMENTO *****
CEP 16.204-050	BAIRRO/DISTRITO NOVO JARDIM STABILE	MUNICÍPIO BIRIGUI
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTAB@ESCRITORIOCONTAB.COM.BR		TELEFONE (18) 3643-3290/ (18) 3642-5055
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/06/2020** às **12:26:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:21:51 do dia 17/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/06/2020.

Código de controle da certidão: **133C.FC4B.C5A2.0C2D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20060179447-69

Data e hora da emissão 30/06/2020 12:24:38

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



CERTIDÃO ESPECÍFICA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

AS INFORMAÇÕES DO CAMPO "OUTROS ARQUIVAMENTOS" SÃO RELATOS DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE ARQUIVAMENTOS SELECIONADOS PELO REQUERENTE E PODEM TER SOFRIDO ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ALTERAÇÕES POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35216382997	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 23/06/2000	INÍCIO DAS ATIVIDADES 14/06/2000	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)			
C.N.P.J. 03.898.363/0001-84	ENDEREÇO AVENIDA NOVE DE JULHO			NÚMERO 2875	COMPLEMENTO		
BAIRRO NOVO JARDIM STABLE	MUNICÍPIO BIRIGUI		UF SP	CEP 16204-050	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 30.000,00	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES							
ENDEREÇO RUA PLINIO SALGADO				NÚMERO 422	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD NOVA YORQUE	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 16018-270	RG 10204031	
CPF 781.085.438-00	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 15.000,00	

SÓCIO GERENTE							
NOME MARIERICA VIEIRA RINALDINI							
ENDEREÇO RUA ANTONIO RUIC				NÚMERO 270	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD. DA FONTE	MUNICÍPIO BIRIGUI			UF SP	CEP 16200-000	RG 30800341X	
CPF 297.963.738-66	CARGO SÓCIO GERENTE					QUANTIDADE COTAS 15.000,00	

DENOMINAÇÕES ANTERIORES
NÃO CONSTAM EM NOSSOS REGISTROS DENOMINAÇÕES ANTERIORES



OUTROS ARQUIVAMENTOS		
DATA 11/06/2001	NÚMERO 108.451/01-0	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JULIENNE SACCAON HERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 303.369.478-01, RG/RNE: 340793879 - SP, RESIDENTE À RUA PLINIO SALGADO, 422, JD. NOVA IORQUE, ARACATUBA - SP, CEP 16065-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIERICA VIEIRA RINALDINI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 297.963.738-66, RG/RNE: 30800341X - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO RUIC, 270, JD. DA FONTE, BIRIGUI - SP, CEP 16200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
INCLUSÃO DE CNPJ 03.898.363/0001-84		
DATA 28/11/2006	NÚMERO 318.578/06-2	
ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903198893, SITUADA À: ALAMEDA MARANHÃO, 304, FUNDOS, ILHA SOLTEIRA - SP, CEP 15385-000.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
DATA 04/02/2014	NÚMERO 711.635/14-6	
REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).		
DATA 10/06/2014	NÚMERO 228.128/14-6	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA NOVE DE JULHO, 2875, NOVO JARDIM STABILE, BIRIGUI - SP, CEP 16204-050.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE JULIENNE SACCAON HERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 303.369.478-01, RG/RNE: 340793879, RESIDENTE À RUA PLINIO SALGADO, 422, JD. NOVA IORQUE, ARACATUBA - SP, CEP 16065-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
REMANESCENTE MARIERICA VIEIRA RINALDINI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 297.963.738-66, RG/RNE: 30800341X - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO RUIC, 270, JD. DA FONTE, BIRIGUI - SP, CEP 16200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
ADMITIDO JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 781.085.438-00, RG/RNE: 10.204.031, RESIDENTE À RUA PLINIO SALGADO, 422, JD NOVA YORQUE, SAO PAULO - SP, CEP 16018-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FILIAIS			
NIRE 35903198893		CNPJ	
ENDEREÇO ALAMEDA MARANHÃO	NÚMERO 304	COMPLEMENTO FUNDOS	

BAIRRO	MUNICÍPIO ILHA SOLTEIRA	UF SP	CEP 15385-000
--------	----------------------------	----------	------------------

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 10/06/2014	NÚMERO 228.128/14-6	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA NOVE DE JULHO, 2875, NOVO JARDIM STABILE, BIRIGUI - SP, CEP 16204-050.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE JULIENNE SACCAON HERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 303.369.478-01, RG/RNE: 340793879, RESIDENTE À RUA PLINIO SALGADO, 422, JD. NOVA IORQUE, ARACATUBA - SP, CEP 16065-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
REMANESCENTE MARIERICA VIEIRA RINALDINI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 297.963.738-66, RG/RNE: 30800341X - SP, RESIDENTE À RUA ANTONIO RUIÇ, 270, JD. DA FONTE, BIRIGUI - SP, CEP 16200-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
ADMITIDO JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 781.085.438-00, RG/RNE: 10.204.031, RESIDENTE À RUA PLINIO SALGADO, 422, JD NOVA YORQUE, SAO PAULO - SP, CEP 16018-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35216382997 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 05/05/2020

  <div>documento assinado digitalmente</div>	<p>Certidão Específica emitida para KAMYLIA SILVA BONFIM : 43822847836. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 133382597, quarta-feira, 6 de maio de 2020 às 17:14:53.</p>
---	---



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

CERTIDÃO NEGATIVA

VALIDADE DE 90 DIAS

CERTIFICO

000333

- a vista das informações prestadas pelas Gerências de Cadastro Mobiliário e Dívida Ativa desta Prefeitura, através do requerimento N° 6729/2020 em nome de **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA**, CNPJ: 03.898.363/0001-84, Inscrição Municipal: 17.465, com a Finalidade de Licitação, **NADA DEVE**, até a presente data, ressalvando-se eventuais débitos que possam ser apurados. O referido é verdade dou fé. PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, aos trinta de abril de dois mil e vinte.....

.....

.....


ELLEN FABRÍCIO
Chefe de Serviço de
Cobrança e Dívida Ativa

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.898.363/0001-84

Razão Social: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA

Endereço: AV NOVE DE JULHO 2875 / NOVO JARDIM STABILE / BIRIGUI / SP /
16204-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/06/2020 a 28/07/2020

Certificação Número: 2020062904480560361676

Informação obtida em 30/06/2020 12:26:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



30/06/2020

0552879

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1859176**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/06/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA, CNPJ: 03.898.363/0001-84, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 30 de junho de 2020.

PEDIDO Nº:

0552879





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certidão nº: 15057205/2020

Expedição: 30/06/2020, às 12:26:50

Validade: 26/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.898.363/0001-84**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Data de Envio:

30/06/2020 13:52:15

De:

MC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Consulta CGFI

Mensagem:

Processo nº 53900.059798/2015-11

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Zimbra**corac@mctic.gov.br**

Re: Consulta CGFI

De : cgfi@mctic.gov.br

Qua, 01 de jul de 2020 12:08

Assunto : Re: Consulta CGFI**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

À CORAC

Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do e-mail, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Atenciosamente.

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>**Para:** "Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas" <cgfi@mctic.gov.br>**Enviadas:** Terça-feira, 30 de junho de 2020 13:52:16**Assunto:** Consulta CGFI

Processo nº 53900.059798/2015-11

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira**SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC**

Ramal: 6811

Data de Envio:

01/07/2020 15:36:48

De:

MC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração Contratual

Mensagem:

Processo nº 53900.059798/2015-11

Tendo em vista a alteração contratual apresentada (evento SEI nº 2429889, fls.24-34) pela Sistema Rádio Digital FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis.

Todos

Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtar

Ações	Fistel	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Especifico	Carater	Status	Entidade	CNPJ	ID do Canal
						(Todos)									03898363000184	
Visualizar em PDF	50406214344	SP	Birigui	274	102.7	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C4 (Canal Licenciado)	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	03898363000184	57dbac462b665
Visualizar em PDF	50401786544	SP	Ilha Solteira	240	95.9	Comercial		B1	230	FM		P	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	03898363000184	57dbac484b4b3

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail:
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50406214344
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/06/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 10/06/2020
Observações: SSC53/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;Ato nº 2019, de 24/3/2015, publicado no DOU. de 25/3/2015.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA NOVE DE JULHO	Complemento:	
Bairro: NOVO JARDIM STABILE	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA NOVE DE JULHO	Complemento:	
Bairro: NOVO JARDIM STABILE	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Birigui	UF: SP
Latitude: -21.30234 (21° 18' 08.4" S)	Longitude: -50.36127 (50° 21' 40.6" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 274	Frequência: 102.7 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692674640	Número Indicativo: ZYU954

Data Último Licenciamento: 27/11/2012 | Número da Licença: 000025/2012-SP

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -21.30234 (21° 18' 08.4" S)	Longitude: -50.36127 (50° 21' 40.6" W)	Cota da base: 465.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 011000800345	Modelo: TEC121
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .060 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 78-50	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.21 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV - 30 - 04	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 300 °	Polarização: Vertical	HCI: 50 m	ERP Máximo: 0.09 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.74	10°: 2.22	20°: 2.75	30°: 3.27	40°: 3.82	50°: 4.37	60°: 4.82	70°: 5.11	80°: 5.31	90°: 5.49	100°: 5.73	110°: 5.97
120°: 6.07	130°: 5.98	140°: 5.76	150°: 5.49	160°: 5.22	170°: 4.9	180°: 4.52	190°: 4.07	200°: 3.56	210°: 3.06	220°: 2.58	230°: 2.1
240°: 1.66	250°: 1.25	260°: 0.86	270°: 0.54	280°: 0.28	290°: 0.08	300°: 0	310°: 0.08	320°: 0.27	330°: 0.54	340°: 0.88	350°: 1.29

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.09 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	610	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	292	Portaria	MC	19/07/2010	23/07/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	337	Decreto Legislativo	CN	18/06/2009	19/06/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	5080	Ato	CMPRL	09/08/2010	10/08/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

--

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail:
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 10/02/2026
Observações: DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU. DE 16/06/2009.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP
Latitude: -20.43083 (20° 25' 51.0" S)	Longitude: -51.32806 (51° 19' 41.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689485280	Número Indicativo: ZYW657

Data Último Licenciamento: 17/09/2015	Número da Licença: 000007/2015-SP
--	--

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -20.43083 (20° 25' 51.0" S)	Longitude: -51.32806 (51° 19' 41.0" W)	Cota da base: 380.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.850 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 78-50	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.		
Comprimento da Linha: 75.00 m	Atenuação: 1.16 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV - 30 - 04	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 65 m	ERP Máximo: 2.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	10°: 1.21	20°: 0.84	30°: 0.54	40°: 0.28	50°: 0.08	60°: 0	70°: 0.08	80°: 0.27	90°: 0.54	100°: 0.87	110°: 1.28
120°: 1.72	130°: 2.2	140°: 2.71	150°: 3.22	160°: 3.75	170°: 4.28	180°: 4.73	190°: 5.06	200°: 5.3	210°: 5.52	220°: 5.74	230°: 5.94
240°: 6.02	250°: 5.95	260°: 5.76	270°: 5.52	280°: 5.21	290°: 4.84	300°: 4.44	310°: 4.02	320°: 3.56	330°: 3.1	340°: 2.6	350°: 2.09

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC106
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .100 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 2.53 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características	Técnico

53500.056291/201 7-72	8522	Ato	ORLE	05/05/2017	26/05/2017	Técnicas da Estação Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
--------------------------	------	-----	------	------------	------------	--	---------

Horário de funcionamento							

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.898.363/0001-84

SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIENNE SACCAON HERNANDES	303.369.478-01	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: Anatel\marcelav.mc - Marcela Vassalo Silva

Data: 29/06/2020

Hora: 10:09:52

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 297.963.738-66

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIERICA VIEIRA RINALDINI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (DIRETORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: **Anatel\marcelav.mc - Marcela Vassalo Silva**Data: **29/06/2020**Hora: **10:13:09**



BOM DIA
Marcela Vassalo Silva

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 781.085.438-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	781.085.438-00	RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	43.750.827/0001-25	Sócio	9750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba
		REAL CAFELANDIA FM LTDA	02.422.745/0001-74	Sócio	14500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santa Cruz do Rio Pardo
		REAL CAFELANDIA FM LTDA	02.422.745/0001-74	Sócio	14500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Tanabi

Usuário: **Anatel\marcelav.mc - Marcela Vassalo Silva**

Data: **29/06/2020**

Hora: **10:16:08**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME**

CNPJ: **03.898.363/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:15:19 do dia 01/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/07/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.059798/2015-11			
Entidade: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA		CNPJ: 03.898.363/0001-84	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada		Localidade: Ilha Solteira	UF: SP
Validade da Outorga: vencida		Período: 10/02/2016 a 10/02/2026	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	1 (0807743) 46 (2429889)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	5645751 fls.8-10

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2-34 (2429889)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	5632009 fls.1-3
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	37-45 (2429889)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	5632014

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2227399
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	5632004
			5632005
			5632009 fl.4
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	5645999
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	5632004 5632012
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	5632018
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	0807743 FLS.52-56

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	01/07/2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações Societárias**NOTA TÉCNICA Nº 166/2020/SEI-MC****Processo nº** 53900.005764/2014-18**Assunto:** ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alterações Contratuais.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sistema Rádio Digital FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Birigui e Ilha Solteira, ambos no estado de São Paulo, com vistas à regularização cadastral da Entidade.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 25799/2016/SEI-MCTIC (evento SEI nº 1398752), concluiu pelo envio do Ofício nº 37950/2016/SEI-MCTIC (evento SEI nº 1399287) à Entidade, com vistas à apresentação de nova alteração contratual em que não figure como sócio/diretor o Sr. José Carlos Sanches Hernandez em virtude de condenação por atos de improbidade administrativa nos autos do processo nº 0015120-07.2011.8.26.0032, da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Araçatuba.

3. Em resposta, por meio dos protocolos nºs 01250.033433/2017-19, 01250.002895/2017-94, 01250.027496/2017-36, 01250.053633/2019-50 e 01250.053669/2019-33, a Interessada apresentou uma série de documentos com o fito de comprovar a reforma da decisão condenatória e a possibilidade de manutenção do Sr. José Carlos nos quadros da empresa.

4. Considerando as peculiaridades do presente caso, faz-se necessário realizar as seguintes ponderações acerca da ação de improbidade administrativa em questão, isso a partir das informações colhidas da Certidão de Objeto e Pé datada de 19.09.2019 (evento SEI nº 4755534, às págs. 2/4) e dos últimos andamentos processuais extraídos dos sites do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal (evento SEI nº 5155547/5626133/5626134):

- Realizada apreciação do feito, fora proferida sentença condenatória pelo Exmo. Juízo da Vara da Fazenda Pública, cujo dispositivo colacionamos abaixo:

"Isso posto JULGO PROCEDENTE esta AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra APARECIDO SÉRIO DA SILVA, JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES e APARECIDA SEVERIANO LACERDA E SILVA, para condenar os acionados, pela prática de atos de improbidade administrativa, solidariamente, ao ressarcimento integral do dano, impondo-lhes, ainda, as penalidades de perda das funções públicas ocupadas, suspensão dos direitos políticos por cinco (5) anos, multa civil equivalente a vinte (20) vezes a remuneração bruta recebida pelos agentes (fls. 87/89) e a proibição de contratar com o Poder Público, ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de três (3) anos, na forma prevista nos artigos 11, caput, I, e 12, III, da Lei 8.429/92. Os valores previstos

nesta sentença serão atualizados desde junho/2011, com juros moratórios de 1% ao mês, desde então (arts. 398 e 406, do Código Civil), e revertidos em benefício do Município de Araçatuba (art. 18, da Lei 8.429/92). Os requeridos responderão pelo pagamento das custas processuais. Sem honorários (RJTJESP. 175/91-LEX)."

- Irresignados, os requeridos interpuseram Apelação, sendo a r. Sentença reformada nos seguintes termos:

"Decisão: DERAM PROVIMENTO AOS RECURSOS, VENCIDO O RELATOR, QUE FARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO. (...) Ementa: Apelação cível - Ação de improbidade administrativa - Propaganda institucional - Revista com caráter informativo e propagandista sem conotação de promoção pessoal, muito embora com artigos assinados por gestores Municipais - Princípios da impessoalidade e moralidade observados - Não basta à existência de nomes subscrevendo os artigos, é necessário que haja nexo causal com a promoção pessoal, o que não se verificou "*in casu*" - Inteligência do disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal - Inúmeros sítios eletrônicos, bem como outras mídias, dão notícias do que seus respectivos gestores públicos estão realizando, sem que isso caracterize ato de improbidade administrativa - Necessidade de tipificação cerrada para que o ato administrativo se verifique - Sentença reformada - Recursos providos."

- Interpostos Embargos Infringentes pelo Ministério Público, fora o referido rejeitado, *in verbis*:

"Rejeitaram os embargos, vencidos o relator e o 4º juiz. (...) Ementa: "EMBARGOS INFRINGENTES - Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Propaganda institucional - Alegação de que revista constituiu promoção pessoal - Inocorrência - Para configuração de improbidade administrativa, insuficiente a existência de nome subscrevendo os artigos da revista, sendo necessário a existência de nexo causal com a promoção pessoal - Princípios da impessoalidade e moralidade devidamente respeitados - Embargos rejeitados."

- Nesse seguimento, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pelo Ministério Público, os quais tiveram o seguimento denegado.

- Por conseguinte, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário.

- Procedida análise do Agravo em Recurso Especial nº 1219331/SP (2017/0306405-2), o Ministro Og Fernandes, em decisão monocrática, decidiu, *in verbis*:

"Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se."

- Insatisfeito, o Ministério Público interpôs Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial, registrado sob o nº 1219331/SP (2017/0306405-2), o qual foi negado provimento nos seguintes termos:

"Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROPAGANDA INSTITUCIONAL. PROMOÇÃO PESSOAL. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 1. O Tribunal de origem consignou que

não houve ato de improbidade por parte do recorrido. Ademais, ressaltou que não se aplica ao caso o disposto no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, porquanto não houve violação dos princípios da administração pública. 2. Rever o entendimento da Corte local implica o necessário reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento."

- Remetidos os autos ao Supremo Tribunal Federal, fora o Agravo em Recurso Extraordinário distribuído sob o nº 1.227.734/SP, ao Presidente da Corte, Ministro Dias Toffoli, que, em Decisão Monocrática entendeu:

"Examinados os autos, verificam-se óbices jurídicos intransponíveis ao processamento dos recursos: o caso é de ausência de ofensa constitucional direta e de incidência da Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal. Pelo exposto, nego seguimento aos presentes recursos (art. 13, inc. V, al. c, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita. Publique-se."

- Ao final, insta dizer que a decisão alhures transitou em julgado em 29.10.2019, sendo os autos remetidos ao Tribunal de Origem na mesma data.

5. Nessas linhas, não se vislumbra impeditivo ao Sr. José Carlos Sanches Hernandez para figurar nas composições societária e diretiva da Entidade, porquanto, fora absolvido, em sede recursal, da acusação de improbidade administrativa, sendo apresentado, ainda, declaração de que não se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática de quaisquer dos ilícitos prescritos na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

6. Nessa toada, passa-se à análise pormenorizada das operações realizadas pela empresa:

6.1. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério são decorrentes do Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social realizado em 30.05.2001, registrado em 11.06.2001, vigente à época da primeira outorga concedida à empresa, a qual se deu por meio da Portaria 1.934, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 08.10.2002, senão vejamos:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Julienne Saccaon Hernandez	15.000	15.000,00
Mariérica Vieira Rinaldini	15.000	15.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
Julienne Saccaon Hernandez	Diretora
Mariérica Vieira Rinaldini	Diretora

6.2. Por sua vez, constata-se do Instrumento Particular de Alteração e Consolidação registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 318.578/06-2, em 28.11.2006, que houve: *i)* criação de filial, *ii)* modificação de cláusulas diversas, *iii)* alteração da natureza jurídica da empresa para empresária, do tipo sociedade limitada, *iv)* consolidação contratual, e, *v)* adequação ao Novo Código Civil (evento SEI nº 1177370, às págs. 36/45).

6.2.1. A alteração contratual em apreço não dependia de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, todavia, deveria ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal de sessenta dias, conforme estabelecia, à época, a alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (Redação dada pela Lei nº 10.610/2002). Por efeito, confrontadas as datas de encaminhamento do instrumento (08.06.2016) e do registro da operação (28.11.2006), constata-se que não houve respeito ao prazo legal supracitado, razão pela qual a Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI será provocada por meio do Memorando nº 25/2020/MC (Processo nº 53115.000529/2020-54), com vistas à possibilidade de instauração de processo de apuração de infração.

6.3. Por seu turno, verifica-se do Instrumento Particular de Alteração Contratual realizado em 11.03.2014, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 228.128/14-6, em 10.06.2014, que ocorrera: *i)* mudança de endereço da sede para **Avenida 9 de Julho, 2875, Novo Jardim Stábile, Birigui/SP, CEP 16204-050**, *ii)* retirada da Srª Julienne Saccaon Hernandes, mediante cessão e transferência da totalidade de suas cotas ao Sr. José Carlos Sanches Hernandes, que, por meio deste ato, ingressou na sociedade, *iii)* modificação da composição diretiva, e, *iv)* consolidação contratual (evento SEI nº 0039462, às págs. 2/12). Neste passo, as composições societária e diretiva da empresa passaram a ser constituídas da seguinte forma:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Mariérica Rinaldini Sabioni	15.000	15.000,00
José Carlos Sanches Hernandes	15.000	15.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
Mariérica Vieira Rinaldini	Sócia Administradora
José Carlos Sanches Hernandes	Sócio Administrador

6.3.1. Verifica-se da consolidação contratual que, além das operações relacionadas alhures, fora modificado o objeto social da empresa para, *in verbis*:

A Sociedade denominar-se-á Sistema Rádio Digital FM Ltda., e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiochamada de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

6.3.2. À época do registro, a alteração dos objetivos sociais dependia de prévia anuência do Órgão competente do Poder Executivo, consoante estabelecia a alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (Redação dada pela Lei nº 12.872/2013). Nesse contexto, não sendo localizado o ato que autorizara o registro de tal operação, deve-se provocar o Departamento competente para apuração de eventual infração, medida já adotada por meio da Nota Técnica nº 7827/2016/SEI-MC (evento SEI nº 1058366) e Despacho CORAC (evento SEI nº 1058902).

7. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 5627501), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/1990.

8. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 29.06.2020 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 5627105).

9. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica as alterações contratuais em apreço (evento SEI nº 1177370, às págs. 36/45 / 0039462, às págs. 2/12), a Certidão Completa da Junta Comercial (evento SEI nº 4756326, às págs. 19/20), a Certidão de Objeto e Pé do Processo de Improbidade Administrativa nº 0015120-07.2011.8.26.0032 (evento SEI nº 4755534, às págs. 2/4), os últimos andamentos processuais extraídos dos sites do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal (evento SEI nº 5155547/5626133/5626134), bem como a presente Nota Técnica (evento SEI nº 5626153), procedendo à atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto no parágrafo 6.3., atentando-se, ainda, da necessidade de atualização do endereço da sede para **Avenida 9 de Julho, 2875, Novo Jardim Stábile, Birigui/SP, CEP 16204-050**, e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de



Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 02/07/2020, às 15:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Vassalo Silva, Técnico de Nível Superior**, em 02/07/2020, às 18:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 03/07/2020, às 09:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5626153** e o código CRC **AAC2CD26**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.005764/2014-18

SEI nº 5626153

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O SISTEMA
RÁDIO DIGITAL FM LTDA., PARA EXPLORAR
O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE ILHA SOLTEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 7 (sete) dias do mês de fevereiro do ano
dois mil e seis, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Hélio
Costa, e o SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA., CNPJ n.º 03.898.363/0001-84,
representada por seu Procurador Manoel Moraes Guedes, RG n.º 1565, SSP/GO, CPF/MF n.º
174.322.787-68, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da
permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 1934, de 1º de outubro de
2002, publicada no Diário Oficial da União de 08 de outubro de 2002, aprovada pelo Decreto
Legislativo n.º 1008, de 17 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 18
de novembro de 2004, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência
modulada, na localidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão
pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e,
cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

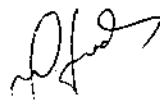

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. o direito de
explorar, sem exclusividade, na localidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, o serviço
de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais,
visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da
Concorrência n.º 106/2000 SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga
apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará
em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20
(vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a
montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do
extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses,
contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da
União;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as, normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

[Assinatura]

[Assinatura]

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

[assinatura] 12

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento, aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, no ato de sua assinatura neste contrato, o valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

[Assinatura]

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

[assinatura]

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

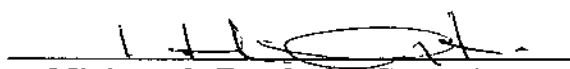
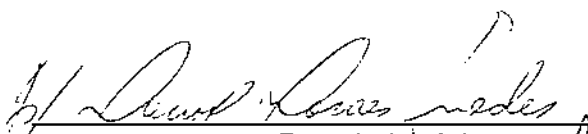
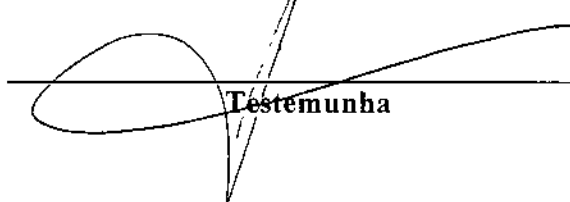
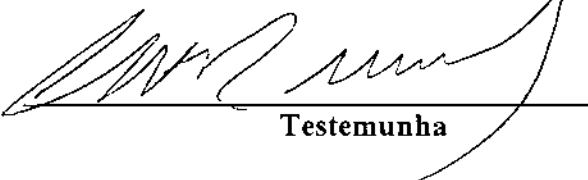
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

 _____ Ministro de Estado das Comunicações	 _____ Permissionária
 _____ Testemunha	 _____ Testemunha



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.003, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CIDADANIA ECHAPORÁ - ACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.790, de 10 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Cidadania Echaporá - ACE a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporá, Estado de São Paulo, reafirmando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.004, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOCIEDADE FM CIDADE DAS MONTANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.562, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar, por 10 (dez)

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.005, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da EMISSORAS REUNIDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de janeiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Emissoras Reunidas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.006, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASSIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 367, de 5 de julho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Assis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.007, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampère, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.100, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampère, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.008, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.009, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EQUATORIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 28 de abril de 1993, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 31 de julho de 1990, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Equatorial Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.010, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO LIBERDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de janeiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Liberdade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.011, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA VISTA ALEGRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 983, de 12 de junho de 2002, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Vista Alegre a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reafirmando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

CRISTINA ACIOLI DE FIGUEIREDO
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica
Substituta

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote B/VI, CEP 70611-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

08 10 02
58 L
Rex

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 1934 , DE 01 DE OUTUBRO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000567/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC, resolve:

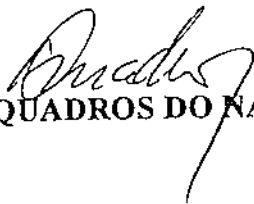
Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

Data de Envio:

17/05/2023 15:08:11

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.059798/2015-11

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA. (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.059798/2015-11

Inez Joffily França

Qua, 17/05/2023 16:52

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA. (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 17 de maio de 2023 15:08

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.059798/2015-11

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA. (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Id solicitação: 57dbac484b4b3

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail: financeiro@tropicalbirigui.com.br
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/02/2026	
Observações: DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU. DE 16/06/2009.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Alameda Atlântica	Complemento: Box 08 e 09	
Bairro: ZONA SUL	Numero: 1659	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.525kW
HCI: 65 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 689485280						Número Indicativo: ZYW657					
Data Último Licenciamento: 26/09/2022						Número da Licença: 53500.300962/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 20° 25' 51.00" S				Longitude: 51° 19' 41.00" W				Cota da base: 380.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 1.850 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 78-50						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.					
Comprimento da Linha: 75.00 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: INV - 30 - 04						Fabricante: INOVATOR ANTENAS					
Ganho: 3.22 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 60 °		Polarização: Vertical		HCl: 65 m		ERP Máxima: 2.53 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	5°: 0	10°: 1.21	15°: 0	20°: 0.84	25°: 0	30°: 0.54	35°: 0	40°: 0.28	45°: 0	50°: 0.08	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.08	75°: 0	80°: 0.27	85°: 0	90°: 0.54	95°: 0	100°: 0.87	105°: 0	110°: 1.28	115°: 0
120°: 1.72	125°: 0	130°: 2.2	135°: 0	140°: 2.71	145°: 0	150°: 3.22	155°: 0	160°: 3.75	165°: 0	170°: 4.28	175°: 0
180°: 4.73	185°: 0	190°: 5.06	195°: 0	200°: 5.3	205°: 0	210°: 5.52	215°: 0	220°: 5.74	225°: 0	230°: 5.94	235°: 0
240°: 6.02	245°: 0	250°: 5.95	255°: 0	260°: 5.76	265°: 0	270°: 5.52	275°: 0	280°: 5.21	285°: 0	290°: 4.84	295°: 0
300°: 4.44	305°: 0	310°: 4.02	315°: 0	320°: 3.56	325°: 0	330°: 3.1	335°: 0	340°: 2.6	345°: 0	350°: 2.09	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC106					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: .100 kW					

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

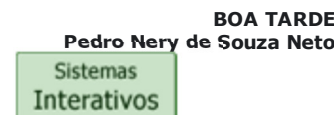
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCl: m		ERP Máxima: 2.53 kW	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.056291/2017-72	8522	Ato	ORLE	05/05/2017	26/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.898.363/0001-84									
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	781.085.438-00	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA RINALDINI SABIONI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: [pedron.colab](#) - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 17/05/2023

Hora: 17:13:51

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 781.085.438-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	781.085.438-00	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	43.750.827/0001-25	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	43.750.827/0001-25	Sócio	9750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: [pedron.colab](#) - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 17/05/2023

Hora: 17:30:29

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		297.963.738-66									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIERICA RINALDINI SABIONI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Usuário: [pedron.colab](#) - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 17/05/2023

Hora: 17:30:47



 **Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.898.363/0001-84

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [pedron.colab](#) - **Pedro Nery de Souza Neto**

Data: **17/05/2023**

Hora: **17:31:28**



BOA TARDE
Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	sistema radio digital fm

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto**

Data: **17/05/2023**

Hora: **17:32:21**



NOME/RAZÃO SOCIAL SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME				CNPJ 03898363000184
Nº DA ESTAÇÃO 689485280	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 25' 51.00" S	LONGITUDE 51° 19' 41.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9, nº S/N.	DISTRITO	
BAIRRO -	MUNICÍPIO Ilha Solteira	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 10/02/2026

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Ilha Solteira UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 95.9 MHz CANAL: 240

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 380.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW657

NOME FANTASIA: BAND FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Ilha Solteira

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Alameda Atlântica BAIRRO: ZONA SUL

MUNICÍPIO: Ilha Solteira UF: SP

NUMERO: 1659 COMPLEMENTO: Box 08 e 09

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 1.850 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: TEC106

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: .100 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: INOVATOR ANTENAS MODELO: INV - 30 - 04

POLARIZAÇÃO: Vertical GANHO: 3.22 dBd

DESCRIÇÃO: DIRETIVA ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 60 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 65 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM. MODELO: LCF 78-50

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 17/05/2023 17:33:25

APLICAÇÃO

Emitido Em
26/09/2022

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDlyNjMzMzM4ZGI3YmM5ZA==>

 Mosaico

Todos

Download Canais

2 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFiscal	Caracter	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fiscal Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		03898363000184				(Todas)																				
Ver Estações	►	FM-C4 (Canal Licenciado)	03898363000184	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	50406214344	P	Comercial	FM	230	SP	Brigui	274		102.7	B1		21° 18' 8.44" S	50° 21' 40.56" W	3	50		2	2023-05-08 10:10:12		57dbac462b665	
Ver Estações	►	FM-C4 (Canal Licenciado)	03898363000184	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	50401786544	P	Comercial	FM	230	SP	Isha Sotinha	240		95.9	B1		20° 25' 51.00" S	51° 19' 41.00" W	3	65		2	2022-09-27 14:54:38		57dbac484b463	



Mosaico

pedron.colab@anatel.gov.br





Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Pedro Nery de Souza Neto**

Data/Hora: **17/05/2023 17:11:21**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

Nº FISTEL: 50401786544

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 03898363000184

Situação: Ativa

Data Validade: 10/02/2016

☒ **CADIN:** Não

Incidê FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Nove de Julho 2875

Bairro: Novo Jardim Stábile

Município: Birigui

CEP: 16204-050

UF: SP

End. Corresp.: ALAMEDA MARANHÃO 304

Bairro: ZONA NORTE

Município: Ilha Solteira

CEP: 15385-000

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2006	23/01/2006	R\$ 103.000,00	23/01/2006	103.000,00	103.000,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	10/02/2007	R\$ 103.000,00	09/02/2007	103.000,00	103.000,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	17/09/2007	R\$ 200,00	22/08/2007	200,00	200,00	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	17/10/2015	R\$ 2.000,00	16/10/2015	2.000,00	2.000,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 660,00	05/04/2016	677,49	677,49	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 100,00	05/04/2016	102,65	102,65	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	30/03/2017	660,00	660,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	30/03/2017	100,00	100,00	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	09/07/2017	R\$ 200,00	30/06/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	29/03/2018	660,00	660,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	29/03/2018	100,00	100,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	29/03/2019	660,00	660,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	29/03/2019	100,00	100,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	31/03/2020	660,00	660,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	31/03/2020	100,00	100,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	31/03/2021	660,00	660,00	0018	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	31/03/2021	100,00	100,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 660,00	31/03/2022	660,00	660,00	0020	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	31/03/2022	100,00	100,00	0021	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	10/09/2022	R\$ 2.000,00	23/09/2022	2.085,80	2.085,80	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	11/04/2023	690,56	690,56	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	11/04/2023	104,63	104,63	0024	Quitado	0,00

Total devido em 17/05/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 17/05/2023 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23050521027-24

Data e hora da emissão 17/05/2023 17:36:35

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.898.363

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 46732369

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 17/05/2023 17:37:32

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.898.363/0001-84

Razão Social: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA

Endereço: AV NOVE DE JULHO 2875 / NOVO JARDIM STABILE / BIRIGUI / SP / 16204-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/05/2023 a 07/06/2023

Certificação Número: 2023050901113950385416

Informação obtida em 17/05/2023 17:57:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 7177/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.059798/2015-11

INTERESSADO: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira/SP, referente ao seguinte período: 10/02/2016 a 10/02/2026.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 22.344/2016/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 33321/2016/SEI-MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI1327401 e 1327476). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob os números 01250.010279/2017-15, 01250.011539/2017-61 e 53115.009997/2023-37, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da pessoa jurídica, atualizada, na forma da lei.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 19/05/2023, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10911775** e o código CRC **D02EDF2D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 13161/2023/MCOM

Brasília, 17 de maio de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal do
SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ Nº 03.898.363/0001-84)
Avenida Nove de Julho, nº 2.875 - Novo Jardim Stábile
16204 050 - Birigui/SP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.059798/2015-11.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 7177/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 19/05/2023, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10911810** e o código CRC **C5B3ED60**.

Anexos:

- Nota Técnica 7177 (10911775)

Data de Envio:

22/05/2023 16:45:59

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

FINANCEIRO@TROPICALBIRIGUI.COM.BR

gisaathayde@gmail.com

contab@escritoriocontab.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53900.059798/2015-11

INTERESSADA: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10911810.html

Nota_Tecnica_10911775.html

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.898.363/0001-84

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	FINANCEIRO@TROPICALBIRIGUI.COM.BR, gisaathayde@gmail.com, contab@escritoriocontab.com.br
10 ▾ 1 / 1		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
CNPJ: 03.898.363/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:01:22 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2023.

Código de controle da certidão: **B071.128C.2D24.2872**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

R OSWALDO CRUZ, 146 - CEP 16200-029 - CENTRO - FONE (18) 3643-6157

Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA MOBILIÁRIA

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal

Nº 20303/2023

Número do Processo: /

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Certidão emitida com base na Lei 2040, de 07/12/1981 Código Tributário Municipal (CTM).

Ccm **17465 Situação: Ativo**

Razão Social **PROTEGIDO PELA LGPD Nº 13.709/2018**

CNPJ / CPF **CNPJ/CPF: 03.***.***/*-84 - "PROTEGIDO PELA LGPD Nº 13.709/2018"**

Inscrição Estadual/RG *******

Endereço **16204-050 - AV 9 DE JULHO, 2875**

Bairro **NOVO JD STABILE** Cidade **BIRIGUI** Estado **SP**

BIRIGUI, 12 de Junho de 2023

Esta Certidão é válida até: 12/07/2023

Data Geração: 12/06/2023

Data Emissão: 12/06/2023

A veracidade da informação poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<http://www.birigui.sp.gov.br/>

Identificação 410527

Número da Certidão: 20303/2023

Controle: 17465

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:11:29 do dia 12/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Considerando que, para operacionalização das Campanhas, são necessárias providências relativas à inclusão de municípios em Gestão Plena do Sistema;

Considerando a solicitação da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, e

Considerando o parecer técnico do Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais/SAS, resolve:

Art. 1º - Incluir o município abaixo na Campanha Nacional de Cirurgias Eletivas, para a realização dos procedimentos referentes a Cirurgias de Catarata, a partir da competência outubro de 2002, conforme o quantitativo mensal aproximado descrito no quadro abaixo:

CÓDIGO	MUNICÍPIO	QUANTITATIVO APROXIMADO
420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC	50

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENILSON REHEM DE SOUZA

(Of. El. nº 263)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.931, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Santa Cruz FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000648/98, Concorrência nº 033/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.932, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Regional de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000555/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.933, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rede Riomar de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Gália, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000569/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.934, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000567/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.937, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Guaiúba, Estado do Ceará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53650.000578/2001, Concorrência nº 020/2001-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.938, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Juliana, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53710.000967/2000, Concorrência nº 072/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.939, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Limeira FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000737/98, Concorrência nº 034/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.940, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Adele FM Stereo de Duartina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Duartina, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000547/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.941, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Cristal de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000537/2000, Concorrência nº 106/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.942, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53740.000949/2000, Concorrência nº 102/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.943, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Sabiá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000651/98, Concorrência nº 033/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.944, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à FM Planalto de Cajuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000629/98, Concorrência nº 033/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.945, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Valle & Silva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53740.000960/2000, Concorrência nº 102/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.946, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Cultura de Cerquillo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cerquillo, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53830.000641/98, Concorrência nº 033/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.947, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Cidade de Corupá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53740.000947/2000, Concorrência nº 102/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.948, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão à Sudoeste Comunicações Soc. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Tomás de Aquino, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 53710.000978/2000, Concorrência nº 072/2000-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.003, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CIDADANIA ECHAPORÃ - ACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.790, de 10 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Cidadania Echaporã - ACE a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.004, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOCIEDADE FM CIDADE DAS MONTANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.562, de 8 de agosto de 2002, que outorga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar, por 10 (dez)

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.005, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da EMISSORAS REUNIDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de janeiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Emissoras Reunidas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.006, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASSIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 367, de 5 de julho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Assis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.007, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RÁDIOFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampère, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.100, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampère, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.008, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.009, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EQUATORIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 28 de abril de 1993, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 31 de julho de 1990, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Equatorial Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.010, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO LIBERDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guatatinguetá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de janeiro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Liberdade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guatatinguetá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.011, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA VISTA ALEGRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 983, de 12 de junho de 2002, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Vista Alegre a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGÉ LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

CRISTINA ACIOLI DE FIGUEIREDO
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica
Substituta

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900



e a estação São Gabriel. PROCESSO: PRC-02586/2005. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 011-2005. ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.34/2005. VALOR: R\$ 153.792,00. DATA DE ASSINATURA: 23.12.2005. ASSINAM: Pela CBTU - João Luiz da Silva Dias e Luiz Antônio Cosenza. Pela CONTRATADA: Alexandre Torquete Gonçalves.

CONTRATO Nº 067/CBTU/METRO/BH/2005. PARTES: BANCO DO BRASIL S.A. E CBTU. OBJETO: Acordo de cooperação técnica para dispor sobre as condições de utilização pela CBTU do sistema informatizado do Banco, denominado licitações -e-, que possibilita realizar por intermédio da internet, processos licitatórios de bens e serviços comuns. PROCESSO: PRC-01590/2005. FUNDAMENTO LEGAL: lei 8666/93, art. 24, Decreto 3.697/2000. VALOR: sem custo. DATA DE ASSINATURA: 16.06.2005. ASSINAM: Pela CBTU - Luis Roberto Pieroni e Marcos Caxias de Freitas. Pelo BANCO: Roberto Ulhôa dos Santos.

CONTRATO Nº 069/CBTU/METRO/BH/2005. CONTRATANTE: CBTU. CONTRATADA: TELVENT BRASIL S.A. OBJETO: Fornecimento e instalação de 42 bloqueios eletrônicos e um software para o sistema de bilhetagem do Metrô de Belo Horizonte. PROCESSO: PRC-02208/2005. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 008-2005. ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51/2005. VALOR: R\$ 2.463.463,82. DATA DE ASSINATURA: 23.12.2005. ASSINAM: Pela CBTU - João Luiz da Silva Dias e Luiz Antônio Cosenza. Pela CONTRATADA: Marcio Leonardo e Rodnei José Calvo.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 003. CONTRATO Nº 029/CBTU/STU/BH/2003. CONTRATANTE: CBTU/STU/BH. CONTRATADA: ELITE SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de Serviços de portaria, vigia, conservação e limpeza para o terminal Oeste de integração Metrô/ônibus, anexo à Estação São Gabriel do TMBH. ALTERAÇÃO: Prorroga prazo por 12 meses. Cláusula terceira. PROCESSO: PRC-3677-2005. DATA DE ASSINATURA: 23.12.2005. ASSINAM: Pela CBTU - João Luiz da Silva Dias e Antônio Abraão Caram Filho. Pela CONTRATADA: Maria da Piedade Gonçalves.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para operacionalização do sistema de transporte público de passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR; 1º CONVENIENTE: CBTU/STU-REC; 2º CONVENIENTE: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU; RESUMO DO OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira; PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 meses a partir da assinatura 16/01/06; DATA DE ASSINATURA: 16/01/06; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Dr. Sileno Sousa Guedes-Superintendente e Dr. Carlos Amorim Pontual Filho-Coordenador de Administração e Finanças da CBTU; Evandro José Moreira Avelar-Representante legal da EMTU.

ESPÉCIE: Convênio nº 0012006.019 de 01/01/06; 1º CONVENIENTE: CBTU/STU-REC; 2º CONVENIENTE: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU/Recife; RESUMO DO OBJETO: Desenvolvimento de programas de Cooperação Técnica e Administrativa; PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/06 a 31/12/06; DATA DE ASSINATURA: 01/01/06; DATA DE ASSINATURA: 16/01/06; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Dr. Sileno Sousa Guedes-Superintendente e Dr. Carlos Amorim Pontual Filho-Coordenador de Administração e Finanças da CBTU; Evandro José Moreira Avelar-Representante legal da EMTU.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Material; 1º CONVENIENTE: CBTU/STU-REC; 2º CONVENIENTE: Polícia Militar de Pernambuco - PMPE; RESUMO DO OBJETO: Promova prazo de vigência do Convênio; PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2006; DATA DE ASSINATURA: 30/12/05; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: CBTU/STU-REC: Dr. Sileno Sousa Guedes-Superintendente e Dr. Carlos Amorim Pontual Filho-Coordenador de Administração e Finanças; Claudio José da Silva-Coronel da PMPE

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RETIFICAÇÃO

TO Torna público para fins de conhecimento e intimação, que conforme Aviso de Licitação, referente ao Pregão Nº 002/2006, publicado no dia 27 de janeiro de 2006, no Diário Oficial da União, Seção 3, pag. 51, cujo objeto é Contratação de Empresa ou Instituição para Prestação de Serviços para Realização de Concurso Público, temos a retificar o item 5.2.7 onde LE-SE: "Apresentação de atestado de visita, fornecido pelo licitador". LEIA-SE: "Que a a apresentação de atestado de visita não será mais obrigatória, digo, não será fator de desclassificação". Demais condições do Edital permanecem inalteradas. Porto Alegre, 10 de Fevereiro de 2006.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Sistema Rádio Digital FM Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 1934, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2002.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 7 de fevereiro de 2006. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Manoel Moraes Guedes - Procurador do Sistema Rádio Digital FM Ltda.

PARTES: União e Rádio O Guri AM Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 19 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2001.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Balneario Camboriú, Estado de Santa Catarina.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 7 de fevereiro de 2006. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Milton Rolim Carneiro Filho - Procurador da Rádio O Guri AM Ltda.

RETIFICAÇÃO

Processo nº 53000.059353/2005-03.
No Extrato de Convênio nº MC 273/2005, publicado no D.O.U. de 10/01/2006, Seção 3, página 85. Onde se lê: com a contrapartida do CONVENIENTE no valor de R\$ 11.000,00, perfazendo um total de R\$ 66.000,00, leia-se: com a contrapartida do CONVENIENTE no valor de R\$ 2.750,00, perfazendo um total de R\$ 57.750,00.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 53500.011808/2005. OBJETO: obtenção do direito de exploração no Brasil do satélite estrangeiro IA-8, tendo como representante legal a INTELSTAR BRASIL LTDA. AUTORIZADA: INTELSTAR NORTH AMERICA LLC. Despacho nº 06/2006-SPV, de 07/02/2006, do Superintendente de Serviços Privados. RATIFICAÇÃO: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR - Presidente do Conselho, Substituto. Despacho nº 082/2006-CD, de 9 de fevereiro de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO

Termo de Rerratificação ao Contrato nº 066/2005 - ANATEL; Data de Assinatura: 08 de fevereiro de 2006; Contratada: Unibanco AIG Seguros S/A; Vigência: 01/01/2006 a 31/12/2006; Objeto: Retificação da numeração a partir da Cláusula Décima Segunda do Contrato.

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL EM PORTO ALEGRE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato ER-5 Nº 002/2006-ANATEL
Data de Assinatura: 06 de Fevereiro de 2006
Contratado: CSD INFORMATICA LTDA
Vigência: 06/02/2006 a 05/02/2007.
Objeto: Suporte da área de informática
Modalidade: Pregão Amplo
Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666 de 21/06/1993.
Programa de Trabalho: 24122075020000001
Elemento de Despesa: 339039
Valor do Contrato R\$ 207.900,00 (duzentos e sete mil e novecentos reais)
Desembolso Estimado no Exercício: R\$ 190.575,00 (cento e noventa mil, quinhentos e setenta e cinco reais)
Processo n.º 53528.006146/2005

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SALVADOR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO AMPLO Nº 1/2006

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, com sede na Rua Alecu Amoroso Lima nº 822 - Pituba - Salvador/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 02030715/0018-60, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Amplo, no dia 22/02/2006 às 09:30 horas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de pessoal, equipamentos e veículos da Anatel, doravante, serviços de transporte para a Anatel Bahia e Sergipe, conforme es-

pecificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, que estarão à disposição dos interessados a partir de 10/02/2006, na sede da Anatel na Bahia, no horário de 08:30 às 11:30 e das 14:00 às 17:00 horas ou disponível no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br, opção: biblioteca / licitações / administrativas/em andamento.

VALENTINA QUEIROZ SILVA
Pregoeira

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº 21-0013, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(m) ao final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, ciente(s) que poderá(ão) apresentar IMPUGNAÇÃO, a ser dirigida à (ao) Escritório Regional da Anatel no Rio de Janeiro, Endereço: Praça XV de Novembro nº 20 9º e 10º andares - Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20010-010, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste Edital, e que o não pagamento do débito ou a rejeição da impugnação implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do Documento de Arrecadação das Receitas do FISTEL - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fistel	Receita	Ano
31792377000154	EPROM MANUTENCAO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	50009598332	PPDESS	2005
07744129768	MARIO ROBELNO DE JESUS ABREU	50009599495	PPDESS	2005
00542615703	ROGERIO DA SILVA FERREIRA	50004540220	PPDESS	2005
96797525772	SEBASTIAO PINTO DE OLIVEIRA	24000458442	PPDESS	2005

WERNER STEINERT JUNIOR
Gerente do Escritório Regional

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE CONTRATO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos celebrou o Contrato Nº 13840/06 - Contratada: REISPHOTOGRAPHY FOTOGRAFIAS ARTÍSTICAS LTDA., assinado em 09/02/06, com vigência de 5 (cinco) meses a partir da data de sua assinatura. Objeto: Contrato de Patrocínio para o projeto "SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO". Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 60000071L. Conta orçamentária 01021.44405.020000. Valor total da contratação: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - Representantes Legais da Contratada: ROBERT CAMPBELL BRETAS e ALMIR REIS SANTOS.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 60000071L - Data autorização: 09/02/06 - Objeto: Contrato de Patrocínio para realização do projeto "SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO". Vigência: 5 (cinco) meses a partir da data da assinatura do contrato entre a ECT e a REISPHOTOGRAPHY FOTOGRAFIAS ARTÍSTICAS LTDA. - Valor total da contratação: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93.

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2005

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico nº 108/2005 - CPL/AC - referente à aquisição de chapéu e boné para carteiro, publicado no DOU do dia 5/1/2006, Seção 3, página 158, foi revogado por interesse público com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93.

DANIELA BORJA RODRIGUES DOS SANTOS
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO

A ECT, através da GERAD/AL, efetuou a seguinte Contratação: 1) Contrato nº 02/2006; Data da Assinatura: 26/01/2006; Contratado: NOREP - NRP MOTOS E PEÇAS LTDA.; Prazo da Vigência: de 27/01/2006 a 26/01/2007; Objeto: A prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças e acessórios genuínos, garantidos pelo fornecedor, em 23 (vinte e três) motocicletas da marca suzuki, pertencentes a ECT - DR/AL; Valor total de desembolso: R\$ 13.800,00; Origem: DL nº 021/2006.

DIRETORIA REGIONAL DE AMAPÁ

EDITAL Nº 53/2006 CONVOCAÇÃO PARA PROVAS OBJETIVAS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, por intermédio da Diretoria Regional de Amapá, em referência ao edital nº 176/2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 30/09/2005,

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.898.363/0001-84									
SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	781.085.438-00	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
MARIERICA RINALDINI SABIONI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		781.085.438-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES	<u>781.085.438-00</u>	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	<u>03.898.363/0001-84</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	<u>03.898.363/0001-84</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	<u>43.750.827/0001-25</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Araçatuba
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	<u>03.898.363/0001-84</u>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	<u>03.898.363/0001-84</u>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui
		RADIO DIFUSORA DE ARACATUBA LTDA	<u>43.750.827/0001-25</u>	Sócio	9750	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Araçatuba

Usuário: **carlaf.mc** - Carla Fabiane da Costa FerreiraData: **25/06/2023**Hora: **17:42:18**

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		297.963.738-66									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIERICA RINALDINI SABIONI	297.963.738-66	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Birigui
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ilha Solteira
		SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA	03.898.363/0001-84	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Birigui

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**Data: **25/06/2023**Hora: **17:43:11**



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.898.363/0001-84

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **25/06/2023**

Hora: **17:44:40**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:45:31 do dia 25/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **25/06/2023 18:00:30**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

Nº FISTEL: 50401786544

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 03898363000184

Situação: Ativa

Data Validade: 10/02/2016

☒ **CADIN:** Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Nove de Julho 2875

Bairro: Novo Jardim Stábile

Município: Birigui

CEP: 16204-050

UF: SP

End. Corresp.: ALAMEDA MARANHÃO 304

Bairro: ZONA NORTE

Município: Ilha Solteira

CEP: 15385-000

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2006	23/01/2006	103.000,00	23/01/2006	103.000,00	103.000,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	10/02/2007	103.000,00	09/02/2007	103.000,00	103.000,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	17/09/2007	200,00	22/08/2007	200,00	200,00	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	17/10/2015	2.000,00	16/10/2015	2.000,00	2.000,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 660,00	05/04/2016	677,49	677,49	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 100,00	05/04/2016	102,65	102,65	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	30/03/2017	660,00	660,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	30/03/2017	100,00	100,00	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	09/07/2017	R\$ 200,00	30/06/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	29/03/2018	660,00	660,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	29/03/2018	100,00	100,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	29/03/2019	660,00	660,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	29/03/2019	100,00	100,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	31/03/2020	660,00	660,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	31/03/2020	100,00	100,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	31/03/2021	660,00	660,00	0018	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	31/03/2021	100,00	100,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 660,00	31/03/2022	660,00	660,00	0020	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	31/03/2022	100,00	100,00	0021	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	10/09/2022	R\$ 2.000,00	23/09/2022	2.085,80	2.085,80	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	11/04/2023	690,56	690,56	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	11/04/2023	104,63	104,63	0024	Quitado	0,00

Total devido em 25/06/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 25/06/2023 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Id solicitação: 57dbac484b4b3

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail: financeiro@tropicalbirigui.com.br
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/02/2026	
Observações: DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU. DE 16/06/2009.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Alameda Atlântica	Complemento: Box 08 e 09	
Bairro: ZONA SUL	Numero: 1659	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.525kW
HCI: 65 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais											
Número da Estação: 689485280						Número Indicativo: ZYW657					
Data Último Licenciamento: 26/09/2022						Número da Licença: 53500.300962/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 20° 25' 51.00" S				Longitude: 51° 19' 41.00" W				Cota da base: 380.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM 3000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 1.850 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 78-50						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.					
Comprimento da Linha: 75.00 m		Atenuação: 1.16 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: INV - 30 - 04						Fabricante: INOVATOR ANTENAS					
Ganho: 3.22 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 60 °		Polarização: Vertical		HCI: 65 m		ERP Máxima: 2.53 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	5°: 0	10°: 1.21	15°: 0	20°: 0.84	25°: 0	30°: 0.54	35°: 0	40°: 0.28	45°: 0	50°: 0.08	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.08	75°: 0	80°: 0.27	85°: 0	90°: 0.54	95°: 0	100°: 0.87	105°: 0	110°: 1.28	115°: 0
120°: 1.72	125°: 0	130°: 2.2	135°: 0	140°: 2.71	145°: 0	150°: 3.22	155°: 0	160°: 3.75	165°: 0	170°: 4.28	175°: 0
180°: 4.73	185°: 0	190°: 5.06	195°: 0	200°: 5.3	205°: 0	210°: 5.52	215°: 0	220°: 5.74	225°: 0	230°: 5.94	235°: 0
240°: 6.02	245°: 0	250°: 5.95	255°: 0	260°: 5.76	265°: 0	270°: 5.52	275°: 0	280°: 5.21	285°: 0	290°: 4.84	295°: 0
300°: 4.44	305°: 0	310°: 4.02	315°: 0	320°: 3.56	325°: 0	330°: 3.1	335°: 0	340°: 2.6	345°: 0	350°: 2.09	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC106					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: .100 kW					

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 2.53 kW	
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.056291/2017-72	8522	Ato	ORLE	05/05/2017	26/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME				CNPJ 03898363000184
Nº DA ESTAÇÃO 689485280	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 25' 51.00" S	LONGITUDE 51° 19' 41.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9, nº S/N.	DISTRITO	
BAIRRO -	MUNICÍPIO Ilha Solteira	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 10/02/2026

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Ilha Solteira UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 95.9 MHz CANAL: 240

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 380.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW657

NOME FANTASIA: BAND FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Ilha Solteira

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Alameda Atlântica BAIRRO: ZONA SUL

MUNICÍPIO: Ilha Solteira UF: SP

NUMERO: 1659 COMPLEMENTO: Box 08 e 09

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 1.850 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: TEC106

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: .100 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: INOVATOR ANTENAS MODELO: INV - 30 - 04

POLARIZAÇÃO: Vertical GANHO: 3.22 dBd

DESCRIÇÃO: DIRETIVA ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 60 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 65 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM. MODELO: LCF 78-50

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/06/2023 17:55:44

APLICAÇÃO

Emitido Em
26/09/2022

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDlyNjMzMzM4ZGI3YmM5ZA==>





Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	03898363000184	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	50401786544	P	Comercial	FM	230	SP	Ilha Solteira

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53900.059798/2015-11**Entidade:** SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA**CNPJ nº:** 03.898.363/0001-84**FISTEL nº:** 50401786544**Localidade:** Ilha Solteira/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 06/11/2015**Período:** 10/02/2016 a 10/02/2026**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	0807743 Pág. 1 10854356 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 2-3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	10970454 Págs. 1-4	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Págs. 6-7	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Pág. 10	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Pág. 11	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10948171 Pág. 1	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10911759 Págs. 1-2		
		M 10948171 Pág. 2		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10970454 Pág. 5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10948171 Pág. 1	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10911759 Pág. 3		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 Pág. 17	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10854356 MARIÉRICA RINALDINI SABIONI Pág. 8 10854356 JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES Pág. 9	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10970454 Pág.13	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	10970454 Págs. 6-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10912023	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 27/06/2023, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10911206** e o código CRC **439967C5**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.059798/2015-11

INTERESSADA: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pelo **Sistema Rádio Digital FM Ltda** inscrita no **CNPJ nº 03.898.363/0001-84** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50401786544**, referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se ao Sistema Rádio Digital FM Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de outubro de 2002 (SUPER10948369 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2004 (SUPER 10948369 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de fevereiro de 2006 (SUPER 10948369 - Pág. 3).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2015**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0807743 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10911206). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10854356 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 25 de junho de 2023 (SUPER 10970454 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Birigui/SP e **Ilha Solteira/SP**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, a sócia administradora Mariérica Rinaldini Sabioni não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Carlos Sanches Hernandez figura no quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba/SP.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER10970454 - Págs. 10-12). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo

de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10912023).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10911206).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as

características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de setembro de 2022, com validade até 10 de fevereiro de 2026 (SUPER 10970454 - Pág. 13; e SUPER 10973984).

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER10970454 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10948709) e de Exposição de Motivos (SUPER 10948799), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2023, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 27/06/2023, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/06/2023, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/06/2023, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 13:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948372** e o código CRC **21A18DC2**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10948709)
- Minuta Exposição de Motivos (10948799)

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2023, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 27/06/2023, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 27/06/2023, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 27/06/2023, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 28/06/2023, às 13:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948709** e o código CRC **CAB6FEBB**.

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº __, de __ de ____ de ____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 27/06/2023, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 27/06/2023, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 27/06/2023, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 27/06/2023, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 13:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948799** e o código CRC **68C460E3**.

Ofício Interno nº 38059/2023/MCOM

Brasília, 29 de junho de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM (10948372)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM (10948372), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pelo **Sistema Rádio Digital FM Ltda** inscrita no CNPJ nº **03.898.363/0001-84**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Ilha Solteira/SP**, vinculado ao **FISTEL nº 50401786544** referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 29/06/2023, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10987969** e o código CRC **65920FCE**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADOS: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, no estado de São Paulo, referente ao período de **10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026**.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1.Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao período de **10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026**.

2.Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM (SUPER 10948372)**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

“6.No caso em apreço, conferiu-se ao Sistema Rádio Digital FM Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de outubro de 2002 (SUPER [10948369](#) - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2004 (SUPER [10948369](#) - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de fevereiro de 2006 (SUPER [10948369](#) - Pág. 3).

7.Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de novembro de 2015, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0807743](#) - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015.”

3. No requerimento protocolado em **06.11.2015 (SUPER 0807743- fl.01)**, a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4.É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. Legislação aplicável

9.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12.Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13.Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14.Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pomenorizar as previsões relativas à renovação de

outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15.A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16.No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17.Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18.Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19.-Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20.Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21.Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº8451/2023/SEI-MCOM (SUPER 10948372)**.

22.Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento **deveria ser apresentado no período entre 6 meses e 3 meses anteriores ao término do prazo da outorga**. No caso, o pedido foi apresentado no prazo legal, em 06.11.2015, quando a outorga expiraria em 10 de fevereiro de 2016. A área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

"7.Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de novembro de 2015, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0807743](#) - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015."

23.A Nota Técnica 8451/2023 também atesta que a documentação atenderia aos normativos de renovação:

"8.A documentação apresentada pela pessoa jurídica e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10725627](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário é diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SUPER [10854356](#)- páginas 6-7)."

24. A documentação exigida foi regularmente apresentada. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão a certidão simplificada da Junta Comercial (SUPER [10854356](#)- fls. 6/7), certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [10854356](#), fl. 10); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [10854356](#), fl. 11); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SUPER [10948171](#), fl. 1), às Fazendas estadual (SUPER [10911759](#), fls. 1-2) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10948171](#), fl. 2); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER [10970454](#), fl. 5); prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10911759](#), fl. 3); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [10854356](#), fl. 17).

25. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sra. MARIÉICA RINALDI SABIONI e sr. JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES (conforme certidão simplificada da Junta Comercial –SUPER [10854356](#)- fls. 6/7) em conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 10/06/2014. Porém a certidão foi emitida atualizada em 03/04/2023, sem modificações da situação de representação legal. **A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.**

26. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

"16. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação,

a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de setembro de 2022, com validade até 10 de fevereiro de 2026 (SUPER [10970454](#) - Pág. 13; e SUPER [10973984](#)).

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [10970454](#) - Págs. 10-12). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10912023](#)).”

28. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

“11. pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 25 de junho de 2023 (SUPER [10970454](#) - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Birigui/SP e **Ilha Solteira/SP**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, a sócia administradora Mariérica Rinaldini Sabioni não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Carlos Sanches Hernandez figura no quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba/SP.”

29. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (CHECKLIST 10911206 e SUPER 10948372). **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

30. Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e portaria propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este**

Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 20 da Nota Técnica 8451/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e 32.

À consideração superior.

Brasília, 07 de agosto de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900059798201511 e da chave de acesso 7a6a0984



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1239945857 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 11:23. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Sistema Rádio Digital FM Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Ilha Solteira/SP**, no período de **10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 8451/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Ilha Solteira/SP**, concedida à entidade **Sistema Rádio Digital FM Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para as orientações apresentadas nos itens 25, 30, 31 e 32**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação aos itens 25, 30 e 31 do mencionado PARECER, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 32 do referido PARECER, tem-se que o item 20 da **NOTA TÉCNICA N° 8451/2023/SEI-MCOM**, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto N° 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto N° 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Sistema Rádio Digital FM Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 07 de agosto de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1246527782 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 13:42. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01644/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADOS: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER n. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nos termos do **DESPACHO n. 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900059798201511 e da chave de acesso 7a6a0984



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1247658142 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 16:18. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53900.059798/2015-11**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11052110), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 11/08/2023, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055851** e o código CRC **2BD11981**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.059798/2015-11

Documento nº 11055851

DESPACHO

Processo nº: 53900.059798/2015-11

Referência: Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11052110)

Interessado: Sistema Rádio Digital FM Ltda

Assunto: Renovação de outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

À Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada-CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11052110) e providências cabíveis.

Brasília, 14 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/08/2023, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11058651** e o código CRC **C17039B2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME

CNPJ: 03.898.363/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:41:00 do dia 14/08/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/09/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53900.059798/2015-11

INTERESSADO: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 38059/2023/MCOM e do Parecer nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pelo Sistema Rádio Digital FM Ltda (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026 (SUPER10948372, 10987969 e 11052110).

2. Ocorre que, por ocasião do referido Parecer nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01644/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva recomendou a adoção das seguintes diligências (SUPER 11052110), a saber:

(...)

25.No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sra. MARIÉICA RINALDI SABIONI e sr. JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES (conforme certidão simplificada da Junta Comercial –SUPER 10854356- fls.6/ conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 10/06/2014. Porém a certidão foi emitida atualizada em 03/04/2023, sem modificações da situação de representação legal. **A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.**

(...)

30.Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e portaria propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31.Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 20 da Nota Técnica 8451/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

34.Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e 32.

3. No tocante aos itens 25 e 31 do Parecer nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, ressalta-se que, após a deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 3º, da Constituição Federal) e a devida notificação deste Ministério das Comunicações, serão adotadas as providências alusivas à atualização da documentação instrutória e à celebração do termo aditivo ao contrato de outorga, nos termos do art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017, o que, inclusive, está em consonância com o item 5 do mencionado Despacho nº 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11052110 - Pag. 7).

4. Em relação ao item 30 do mencionado Parecer nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que não foi verificada a existência de eventual erro material nas minutas propostas (SUPER 10948709 e 10948799).

5. Por fim, quanto ao item 32 do Parecer nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, registra-se que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de agosto de 2023 (SUPER11060864). Logo, não há débitos vencidos

decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER10970454 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço** (vide item 5 do mencionado Despacho nº 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11052110 - Pag. 7).

6. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/08/2023, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/08/2023, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/08/2023, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11060830** e o código CRC **F51669FC**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (10948709)
- Minuta de Exposição de Motivos (10948799)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 10245, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11065538** e o código CRC **75BD6F36**.



EM Nº 240/2023/MCOM

Brasília, 17 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10245, de 17 de agosto de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11065547** e o código CRC **C7BB3C1C**.

Ofício Interno nº 40165/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10245/2023/MCOM (11065538) e Exposição de Motivos (11065547)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM (10948372) e Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11052110), encaminho a Portaria nº 10245/2023/MCOM (11065538) e Exposição de Motivos (11065547), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11065549** e o código CRC **9E72F3AB**.

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 25/08/2023 19:10:48
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9813146
Data prevista de publicação: 28/08/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20901283	ATO Despacho NA 547.rtf	11fc07a0431479617fa41307307cd2fd	55,00	R\$ 2.140,60
20901284	ATO PORTARIA NA 10259.rtf	8604eb9369c1dce6e401853f60f1e7a7	9,00	R\$ 350,28
20901285	ATO PORTARIA NA 10150.rtf	4899c589ab11796ae5351bec66ca96dd	16,00	R\$ 622,72
20901286	ATO PORTARIA NA 10254.rtf	cffc9bd9c6d6559e3da0f6efe3772f297	9,00	R\$ 350,28
20901287	ATO PORTARIA NA 10245.rtf	bef913715252576043c1f206d1cc31fb	9,00	R\$ 350,28
20901288	ATO PORTARIA NA 10244.rtf	227d91ca9c5968bb28f7ef895484afe6	9,00	R\$ 350,28
20901289	ATO PORTARIA NA 10242.rtf	9e453af821398abe8d96eef63f1d6847	9,00	R\$ 350,28
20901290	ATO PORTARIA NA 10151.rtf	dfa9cd290c867d60569725ccbc92059f	16,00	R\$ 622,72
20901291	ATO PORTARIA NA 10240.rtf	83dc5234b1283ab8eb3b66d6d0a1a856	10,00	R\$ 389,20
20901292	ATO PORTARIA NA 10193.rtf	6bb0497dd4487c2a2bb02f0d51a909fe	9,00	R\$ 350,28
20901293	ATO PORTARIA NA 10278.rtf	12d1a1d287643ef8983edf487f2b90f2	9,00	R\$ 350,28
20901294	ATO PORTARIA NA 10276.rtf	dd7cefe94b665b18e4cdb1133941d366	9,00	R\$ 350,28
20901295	ATO PORTARIA NA 10274.rtf	adf5fddfb94ddfd1b078c8421a9aee18	9,00	R\$ 350,28
20901296	ATO PORTARIA NA 10260.rtf	8c3b0c7cfafd0b3fd0857c02ea8603be	9,00	R\$ 350,28
20901297	ATO PORTARIA NA 10258.rtf	64cf25690425040d7810ddcc00b80ff1	13,00	R\$ 505,96
20901298	ATO PORTARIA NA 10257.rtf	9f754e8296544ae91f54a733213a4130	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			209,00	R\$ 8.134,28

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.245, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac484b4b3

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA - ME	
Nome Fantasia: BAND FM	
Telefone: (18) 3643-3290	E-mail: financeiro@tropicalbirigui.com.br
CNPJ: 03.898.363/0001-84	Número do Fistel: 50401786544
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/02/2006	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/02/2026	
Observações: DNPV20/92;SSC09/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 3.138, DE 10/06/2009, PUBLICADO NO DOU. DE 16/06/2009.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Nove de Julho	Complemento:	
Bairro: Novo Jardim Stábile	Numero: 2875	
Município: Birigui	UF: SP	CEP: 16204050

Endereço Correspondência		
Logradouro: ALAMEDA MARANHÃO	Complemento:	
Bairro: ZONA NORTE	Numero: 304	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA MACHADO DE ASSIS LOTES 8 E 9	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Alameda Atlântica	Complemento: Box 08 e 09	
Bairro: ZONA SUL	Numero: 1659	
Município: Ilha Solteira	UF: SP	CEP: 15385000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Ilha Solteira	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 240	Frequência: 95.9 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.525kW
HCI: 65 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689485280	Número Indicativo: ZYW657
Data Último Licenciamento: 26/09/2022	Número da Licença: 53500.300962/2022-13

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 25' 51.00" S	Longitude: 51° 19' 41.00" W	Cota da base: 380.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.850 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 78-50	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM.		
Comprimento da Linha: 75.00 m	Atenuação: 1.16 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV - 30 - 04	Fabricante: INOVATOR ANTENAS				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 60 °	Polarização: Vertical	HCI: 65 m	ERP Máxima: 2.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.62	5°: 0	10°: 1.21	15°: 0	20°: 0.84	25°: 0	30°: 0.54	35°: 0	40°: 0.28	45°: 0	50°: 0.08	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.08	75°: 0	80°: 0.27	85°: 0	90°: 0.54	95°: 0	100°: 0.87	105°: 0	110°: 1.28	115°: 0
120°: 1.72	125°: 0	130°: 2.2	135°: 0	140°: 2.71	145°: 0	150°: 3.22	155°: 0	160°: 3.75	165°: 0	170°: 4.28	175°: 0
180°: 4.73	185°: 0	190°: 5.06	195°: 0	200°: 5.3	205°: 0	210°: 5.52	215°: 0	220°: 5.74	225°: 0	230°: 5.94	235°: 0
240°: 6.02	245°: 0	250°: 5.95	255°: 0	260°: 5.76	265°: 0	270°: 5.52	275°: 0	280°: 5.21	285°: 0	290°: 4.84	295°: 0
300°: 4.44	305°: 0	310°: 4.02	315°: 0	320°: 3.56	325°: 0	330°: 3.1	335°: 0	340°: 2.6	345°: 0	350°: 2.09	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC106
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .100 kW

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 2.53 kW	
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1934	Portaria	MC	01/10/2002	08/10/2002	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	427	Portaria	MC	15/06/2007	27/07/2007	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1008	Decreto Legislativo	CN	17/11/2004	18/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66341	Ato	CMPRL	07/08/2007	08/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	629	Portaria	MC	07/12/2009	23/12/2009	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.056291/2017-72	8522	Ato	ORLE	05/05/2017	26/05/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.059798/2015-11	10245	Portaria	MC	17/08/2023	29/08/2023	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 40874/2023/MCOM

Brasília, 31 de agosto de 2023

Ao Senhor

Enio Soares Dias

Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete

Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11065547)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10245/2023/SEI-MCOM (1085091), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11065547), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 31/08/2023, às 11:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11089978** e o código CRC **FAE2043A**.

EM nº 00555/2023 MCOM

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10245, de 17 de agosto de 2023, publicada em 29/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26550/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.059798/2015-11.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/09/2023, às 11:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11102542** e o código CRC **820359D6**.

EM nº 00555/2023 MCOM

Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10245, de 17 de agosto de 2023, publicada em 29/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.245, DE 17 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), nos termos da Portaria nº 1.934, datada em 1º de outubro de 2002, publicada em 8 de outubro de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado em 18 de novembro de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADOS: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, no estado de São Paulo, referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, com recomendações.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM (SUPER 10948372), que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

“6. No caso em apreço, conferiu-se ao Sistema Rádio Digital FM Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de outubro de 2002 (SUPER [10948369](#) - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2004 (SUPER [10948369](#) - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de fevereiro de 2006 (SUPER [10948369](#) - Pág. 3).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de novembro de 2015, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0807743](#) - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015.”

3. No requerimento protocolado em 06.11.2015 (SUPER 0807743- fl.01), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4.É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7.Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. Legislação aplicável

9.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, q u e *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12.Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13.Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14.Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de

outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19.-Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº8451/2023/SEI- MCOM (SUPER 10948372).

22. Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período entre 6 meses e 3 meses anteriores ao término do prazo da outorga. No caso, o pedido foi apresentado no prazo legal, em 06.11.2015, quando a outorga expiraria em 10 de fevereiro de 2016. A área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

"7.Pela análise dos autos, observa-se que, em 6 de novembro de 2015, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0807743](#) - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015."

23. A Nota Técnica 8451/2023 também atesta que a documentação atenderia aos normativos de renovação:

"8.A documentação apresentada pela pessoa jurídica e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10725627](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Nesse sentido, a pessoa jurídica interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SUPER [10854356](#)- páginas 6-7)."

24. A documentação exigida foi regularmente apresentada. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão a certidão simplificada da Junta Comercial (SUPER 10854356- fls. 6/7), certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER 10854356, fl. 10); prova de inscrição no CNPJ (SUPER 10854356, fl. 11); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SUPER [10948171](#), fl. 1), às Fazendas estadual (SUPER [10911759](#), fls. 1-2) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10948171](#), fl. 2); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER [10970454](#), fl. 5); prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10911759](#), fl. 3); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [10854356](#), fl. 17).

25. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sra. MARIÉRIC RINALDI SABIONI e sr. JOSÉ CARLOS SANCHES HERNANDES (conforme certidão simplificada da Junta Comercial –SUPER 10854356- fls. 6/7) em conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 10/06/2014. Porém a certidão foi emitida atualizada em 03/04/2023, sem modificações da situação de representação legal. A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.

26. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

"16. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);*

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e*
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;*

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação,

a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de setembro de 2022, com validade até 10 de fevereiro de 2026 (SUPER [10970454](#) - Pág. 13; e SUPER [10973984](#)).

27. Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretaria das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

“13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [10970454](#) - Págs. 10-12). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10912023](#)).”

28. Relativamente aos limites de outorga, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

“11. pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 25 de junho de 2023 (SUPER [10970454](#) - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Birigui/SP e Ilha Solteira/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, a sócia administradora Mariérica Rinaldini Sabioni não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Carlos Sanches Hernandez figura no quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba/SP.”

29. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (CHECKLIST 10911206 e SUPER 10948372). Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

30. Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e portaria propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este

Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 20 da Nota Técnica 8451/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e

32. À consideração superior.

Brasília, 07 de agosto de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900059798201511 e da chave de acesso 7a6a0984



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1239945857 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 11:23. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Sistema Rádio Digital FM Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, no período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA N° 8451/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, concedida à entidade Sistema Rádio Digital FM Ltda.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 25, 30, 31 e 32, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei n° 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto n° 9.138, de 2017, pelo Decreto n° 10.405, de 2020, e pelo Decreto n° 10.775, de 2021.
5. Em relação aos itens 25, 30 e 31 do mencionado PARECER, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 32 do referido PARECER, tem-se que o item 20 da NOTA TÉCNICA N° 8451/2023/SEI-MCOM, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto N° 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto N° 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade Sistema Rádio Digital FM Ltda.
8. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 07 de agosto de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1246527782 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 13:42. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01644/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.059798/2015-11

INTERESSADOS: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER** n. 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do **DESPACHO** n. 01621/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900059798201511 e da chave de acesso 7a6a0984



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1247658142 e chave de acesso 7a6a0984 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2023 16:18. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8451/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.059798/2015-11

INTERESSADA: SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pelo **Sistema Rádio Digital FM Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.898.363/0001-84**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50401786544**, referente ao período de 10 de fevereiro de 2016 a 10 de fevereiro de 2026.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se ao Sistema Rádio Digital FM Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.934, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de outubro de 2002 (SUPER 10948369 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 1.008, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2004 (SUPER 10948369 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de fevereiro de 2006 (SUPER 10948369 - Pág. 3).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2015**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0807743 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 10 de agosto de 2015 e 10 de novembro de 2015.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10911206). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades,

e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10854356 - Págs. 6-7).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 25 de junho de 2023 (SUPER 10970454 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Birigui/SP e **Ilha Solteira/SP**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. De igual modo, a sócia administradora Mariérica Rinaldini Sabioni não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador José Carlos Sanches Hernandez figura no quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Araçatuba/SP.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10970454 - Págs. 10-12). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10912023).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal,

demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10911206).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em

conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 26 de setembro de 2022, com validade até 10 de fevereiro de 2026 (SUPER 10970454 - Pág. 13; e SUPER 10973984).

20. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10970454 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPE R 10948709) e de Exposição de Motivos (SUPER 10948799), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2023, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 27/06/2023, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 27/06/2023, às 17:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 27/06/2023, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 28/06/2023, às 13:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10948372** e o código CRC **21A18DC2**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10948709)
- Minuta Exposição de Motivos (10948799)

Referência: Processo nº 53900.059798/2015-11

Documento nº 10948372

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 26 de outubro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, a permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 555 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 26/10/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4681508** e o código CRC **42182B84** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3905/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos Nº 555/2023 MCOM 4681491), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, da permissão outorgada ao SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA (CNPJ nº 03.898.363/0001-84), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 26/10/2023, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4683099** e o código CRC **D3E115E7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.059798/2015-11

SUPER nº 4683099

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 555/2023 MCOM (4681491) acompanhada de pareceres anexos.

Assunto: Renovação da concessão de serviços de radiodifusão para o Sistema Rádio Digital FM LTDA.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (4681508), para os protocolos da SAJ/CC, SAG/CC e CC/PR.

OFÍCIO Nº 3905/2023/GM/CC/PR (4683099) do Gabinete do Ministro da Casa Civil à Secretária-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 27/10/2023, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4685414** e o código CRC **D3EDF3A1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.059798/2015-11

Nota SAJ - Radiodifusão nº 452 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.059798/2015-11

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.059798/2015-11, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA** CNPJ nº 03.898.363/0001-84, na localidade de **Ilha Solteira/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o

Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.059798/2015-11, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5784338** e o código CRC **9538FB2F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 468/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.059798/2015-11.

INTERESSADO: SAI/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00555/2023 MCOM, de 6 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ilha Solteira (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00555/2023 MCOM (4673479), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.059798/2015-11, acompanhado da [Portaria nº 10.245, de 17 de agosto de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de fevereiro de 2016, no município de Ilha Solteira, estado de São Paulo sem direito à exclusividade, para a empresa SISTEMA RÁDIO DIGITAL FM LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.898.363/0001-84, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00506/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 7 de agosto de 2023 (4673467), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 8451/2023/SEI-MCOM, de 28 de junho de 2023 (4681506), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial de 27 de junho de 2023 (4673462), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.898.363/0001-84
NOME EMPRESARIAL:	SISTEMA RADIO DIGITAL FM LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIERICA RINALDINI SABIONI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE CARLOS SANCHES HERNANDES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 20/06/2024 às 14:58 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE
Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a

suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/08/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5835342** e o código CRC **A79D68DC** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.059798/2015-11

SUPER nº 5835342

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>